

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0583/1996 DE 1996

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0583/1996 DE 18/06/96

PROMOVENTE: VEREADOR

NELO RODOLFO

MENTA:

Altera normas de uso e ocupação de solo de área,
situada no Distrito de Santana.

USERVACOES:

IC Solutions
io. Processo Legislativo
10/2010 17:29:58

0000014274-31



ARQUIVADO EM

REGINA APARECIDA BARRIOS
CHEFE DE SEÇÃO
Chefe de Seção Técnica II



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

208

Folha n.º	583	do proc.	
n.º		da 19	96

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE:
18 JUN 1996
COMISSÃO E TRIBUTAÇÃO
POL. JUR. METROP. E M.M.
ATIVIDADE ECONÔMICA
FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRÉZIDENTE

PROJETO DE LEI

01 - PL
01-0583/1996

Altera normas de uso e ocupação de solo de área situada no Distrito de Santana.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica excluída das normas de uso e ocupação de solo descrita no quadro nº 8 B, anexo à Lei nº 8.328 de 02 de dezembro de 1975, a zona de uso Z 8 003.

Art. 2º - O perímetro descrito no art. 1º desta lei passa a integrar a zona de uso Z 16, cujas características de uso e ocupação do solo constam do quadro 2 C, anexo à Lei nº 8.769 de 31 de agosto de 1978.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

18
Sala das Sessões, 18 de Junho de 1996.

Nelo Rodolfo
Vereador

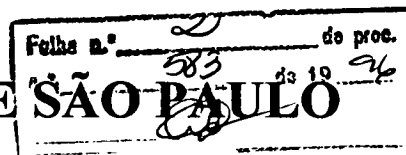
SEÇÃO DE REVISÃO
18 JUN 1996
-DT. 10-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta(s) documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 2010 e plano de informação sob
n.º 11 1211 C 196 a (Ad)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



JUSTIFICATIVA

Visa a presente propositura a transformação da zona de uso Z-8-003 para zona de uso Z-16, conforme justificamos abaixo.

Sobre a necessidade de implosão do complexo penitenciário do Carandiru não se discute mais - tamanhos são os problemas que ele vem apresentando que tem chamado a atenção até de órgãos internacionais.

A construção de oito penitenciárias menores espalhadas pela Grande São Paulo desponta como a solução para um sistema caótico, desumanamente superlotado e que já não atinge as metas básicas de um sistema penitenciário: manter os detentos presos de uma forma digna, isolando-os dos de alta periculosidade, com o objetivo de reabilitá-los para a vida em sociedade através de atividades técnicas e profissionalizantes.

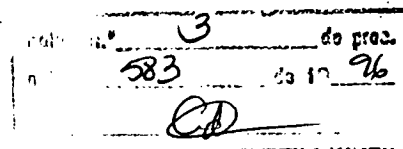
Tal projeto de reformulação penitenciária coloca à disposição da população de São Paulo uma área imensa, de mais ou menos quarenta alqueires sendo dois de mata atlântica virgem; é da ocupação dessa área que trata este projeto de lei.

Ora, as verbas federais e estaduais para se levar a cabo projeto tão essencial já existem, conforme declarações do Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Diretor do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, Paulo Tonet Camargo ("O Estado de São Paulo" de 04/06/96) e do Secretário da Administração Penitenciária, João Benedito de Azevedo Marques ("O Estado de São Paulo" de 02/06/96). A existência de tais verbas torna inadmissível a idéia de se submeter uma área de aproximadamente 960.000 m² à iniciativa privada com a desculpa de se levantar dinheiro para o custeio do projeto - ao contrário, tal acordo só acarretaria especulação imobiliária desmedida, do interesse de alguns poucos.

Uma área como a do Carandiru deve ser transformada num parque, a exemplo do Ibirapuera. Um parque dessa magnitude, coberto de área verde, não beneficiaria apenas os moradores da região - é de interesse de toda a população da cidade, hoje com gravíssimos problemas de poluição.

Com uma localização privilegiada ao lado da linha do metrô, um parque no Carandiru atrairá crianças e adultos de todas as partes de São Paulo em busca de lazer sadio e barato, visto que o Ibirapuera já se apresenta pequeno para atender à população paulistana.

Qualidade de vida é fundamental. É inconcebível a idéia de se perder oportunidade tão rara, como é a disposição de tal área, e deixar de oferecer à população de nossa cidade um bem tão precioso como será o parque do Carandiru.



União confirma ter verba para implodir Carandiru

Planejamento vai liberar R\$ 97 milhões para demolir Detenção e construir 9 presídios

RENATO LOMBARDI

O presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça, Paulo Tonet, afirmou ontem que, com a derrubada dos pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo, será resolvido "o maior problema penitenciário do País". Ele disse isso ao entregar, ontem, ao governador Mário Covas, cópia do despacho do ministro Nelson Jobim propondo a implosão do presídio.

Tonet garantiu que a desativação da Detenção e do restante do complexo do Carandiru está no Plano Nacional de Direitos Humanos. Segundo ele, o dinheiro para a implosão e construção de nove presídios, para onde serão levados os detentos da Casa de Detenção, será liberado pelo Ministério do Planejamento. "A União já tem uma verba de R\$ 97

milhões para o projeto", disse. "O governo de São Paulo vai fornecer os outros R\$ 20 milhões."

Em três anos, vão ser construídos uma Casa de Detenção em Pirituba, na Zona Oeste da Capital, para 1, 2 mil presos, e outros 8 presídios, com capacidade para 600 detentos cada, em Parelheiros, na Zona Sul, Franco da Rocha e outros municípios da Grande São Paulo.

Obras — Tonet revelou que numa segunda fase também vão ser implodidas a Penitenciária do Estado, o Centro de Observação Criminológica (COC) e a penitenciária feminina.

Os novos presídios deverão ser construídos em terrenos do Estado. A meta é, em três anos, retirar da Detenção seus 6,5 mil presos. Até o final do ano o dinheiro já deverá estar liberado. Falta a mudança de zoneamento da área do Complexo do Carandiru. "É preciso acabar com essa masmorra", disse Tonet.

A prevenção à Aids no sistema penitenciário foi tema de discussão ontem. Hoje a doença atinge só em São Paulo mais de 60% dos presos.

POLÍCIA

Fim da Detenção deve ser anunciado amanhã

*Decisão acompanha
doação de R\$ 117
milhões para construção
de novos presídios*

RENATO LOMBARDI

O presidente do Conselho Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, Paulo Tonet, deverá anunciar amanhã, em São Paulo, a assinatura do convênio com o governo do Estado para a liberação de R\$ 117 milhões e a implosão da Casa de Detenção. A informação é do secretário da Administração Penitenciária, João Benedito de Azevedo Marques.

Tonet virá a São Paulo para participar da reunião do Conselho Penitenciário do Estado, que vai avaliar a Aids nas prisões paulistas. Além de Tonet vão estar presentes representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Saúde, das Secretarias da Saúde e da Administração Penitenciária do Estado.

A desativação do complexo penitenciário do Carandiru está dependendo da mudança da Lei do Zo-

neamento pela Câmara Municipal. As assessorias técnicas da casa prepararam um documento favorável à implosão da Casa de Detenção, mas a maioria dos vereadores tem ignorado o projeto de autoria do vereador Paulo Roberto Faria Lima. "Nossa esperança é que tudo se resolva rapidamente porque o governo federal vai liberar a verba para a implosão", contou Azevedo Marques.

Com o fim do complexo do Carandiru, o governo espera construir 20 presídios com 500 vagas cada um. "É a maneira de acabarmos com a superlotação e dar condições para que os presos cumpram as penas e voltem para a sociedade."

A Casa de Detenção tem capacidade para 3.200 detentos e está com quase 7 mil, recebe a cada semana novos 200 homens. O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Assembleia Legislativa, sobre os estabelecimentos prisionais de São Paulo, concluído em abril,

menção que o problema da Aids atinge todo o sistema e na Detenção o hospital com capacidade para 60 doentes abriga 16 por absoluta falta de funcionários.

AIDS TAMBÉM ESTÁ NA PAUTA DO ENCONTRO

São Paulo tem 68% dos presos cumprindo pena sem trabalhar

Trabalho "regenera"

"O trabalho modifica e a pessoa regenera. É a única coisa que faz bem aqui no presídio."

A afirmação é de Rosana Alves de Oliveira, 33 anos, condenada a 16 por homicídio e cinco anos por tráfico de drogas. Por seu bom comportamento, ela poderá ser colocada em liberdade condicional.

Trabalhando na oficina de fabricação de material hospitalar da Penitenciária Feminina, Rosana recebe cerca de R\$ 180,00 mensalmente.

Dos salário, R\$ 150,00 ela manda para a manutenção de seus cinco filhos, que estão com sua mãe em São Miguel Paulista. "Eu uso o restante para comprar algum creme, porque mulher sempre tem vaidade e precisa se cuidar", conta.

Rosana fala que o trabalho na prisão não é só bom para se manter uma atividade e ocupar o tempo no presídio. Segundo ela, quando se quer a liberdade provisória, os juízes analisam as atividades desenvolvidas pelo preso na cadeia. Para ela, "o trabalho é uma motivação". "Eu quero sair daqui para poder cuidar dos meus filhos." (ER)



Rosana Alves faz equipamento hospitalar na Penitenciária Feminina



Detentos no 14º DP (Pinheiros); ninguém trabalha nos distritos policiais

Quarenta mil detentos de São Paulo vivem ociosos. Secretário-adjunto de Administração Penitenciária diz que "é difícil conseguir ensinar uma profissão aos detentos"

Sessenta e oito por cento dos presos existentes no Estado de São Paulo vivem na mais completa ociosidade nos presídios. Dos 59.613 presos recolhidos nos 41 estabelecimentos penais e 93 distritos do Estado, somente 19.404 possuem alguma atividade dentro dos presídios. A situação é mais grave quando se sabe do direito de remissão da pena dos detentos. Para cada três dias de trabalho na cadeia, o preso abate um dia de sua condenação.

A diretora da Fundação Estadual de Apoio ao Trabalhador Preso (Funap), Sandra Amaral de Oliveira Faria, 45 anos, disse que somente uma

parceria entre a empresa privada e o sistema prisional poderia diminuir o número de presos ociosos. "É mito que preso não gosta de trabalhar. Ele não só gosta como precisa de trabalho", garante.

O secretário-adjunto de Administração Penitenciária, Cláudio Tucci, 53, diz que o baixo nível cultural e a falta de qualificação dos presos são os principais fatores que impedem o trabalho. São Paulo possui 36% de toda a população carcerária do país. De acordo com Tucci, como 10% dos detentos são analfabetos e 60% não completaram o 1º grau, "fica muito difícil ensinar uma profissão". (Edilson Ribeiro)

Detenta ganha salário mínimo

A Penitenciária Feminina do Estado de São Paulo é um dos locais onde há mais presas trabalhando. Em um convênio feito pela direção da penitenciária, cinco empresas empregam a mão-de-obra das detentas.

Noventa por cento das 368 presas produzem desde artigos de confecção e brinquedos até equipamento hospitalares e pastas escolares.

Segundo a diretora, Carmem Lúcia dos Santos, 45 anos, o trabalho das detentas rende mensalmente cerca de R\$ 36 mil, que é dividido entre manutenção do presídio e salário das presas. Pelo trabalho, cada

presa recebe em média um salário mínimo. Elas trabalham como se estivessem em uma indústria. A presa começa as atividades às 8h e termina às 18h. "Se há uma coisa que eu exijo aqui é pontualidade", diz Jacyra Lopes Brancalão, 61, diretora de qualificação profissional e produção.

Segundo Jacyra, a ideia é aumentar o número de empresas utilizando a mão-de-obra das presas. Ela explica que é duro o trabalho de convencimento dos empresários para investir na massa carcerária. "Os empresários não têm conhecimento das vantagens de se investir nos detentos." (ER)

Microempresária elogia iniciativa

A microempresária Mirtes Aparecida Silvestre, 35, afirma que não poderia ter sua confecção se não fosse a ajuda das presidiárias. Ela produz 150 peças de lingerie empregando 4 detentas.

Sistema é criticado

Margarida Helena de Paula ex-coordenadora da Subcomissão do Sistema Prisional da CABA, estudiosa do sistema carcerário, diz que é preciso cuidado na exploração da mão-de-obra. "Muitas vezes o preso é escravizado pelo empresário e acaba tomando lugar de um trabalhador diz."

Detenção vai ser implodida em até 3 anos

Decisão de destruir complexo do Carandiru e construir 8 prisões de porte médio será anunciada amanhã pelo governo federal, durante lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — O destino da Casa de Detenção, o maior presídio da América Latina, está selado: o conjunto de 7 edifícios, no complexo do Carandiru, na Zona Norte, será implodido tão logo sejam construídos 8 presídios para abrigar seus mais de 6 mil presos. A desativação do Carandiru, palco da maior chacina da história penitenciária do País, em 1992, e da espetacular fuga de 51 detentos, quinta-feira (veja na página 11), é uma das metas do Programa Nacional de Direitos Humanos, que será anunciado amanhã.

O governo quer transformar a implosão num marco da política de recuperação dos direitos humanos. "Aquele local tem de ir para o chão", diz o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, Paulo Tonet Camargo.

O lugar deve ser vendido pelo governo de São Paulo a incorporadores privados, no máximo em três anos. Esse é o tempo necessário para a construção dos outros presídios, numa perspectiva pessimista. "Pode ser mais rápido, dependendo da velocidade de liberação dos recursos", calcula Tonet.

Na divulgação do Plano de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça pedirá ao Tesouro Nacional verba extra de R\$ 98 milhões. Somados os R\$ 22 milhões do governo de São Paulo, os recursos seriam suficientes para construir 8 presídios médios, onde seriam instalados os 6 mil presos do Carandiru.

O custo da construção de um presídio médio, para 700 presos, é hoje

de R\$ 15 milhões. O preço pode subir, se forem adquiridos equipamentos eletrônicos de segurança e vigilância, mas o Depen e o governo do Estado trabalham com a opção mais simples. Os autores da ideia também acreditam que, depois da implosão, a venda da área seja utilizada no custeio das obras e na manutenção do sistema penitenciário.

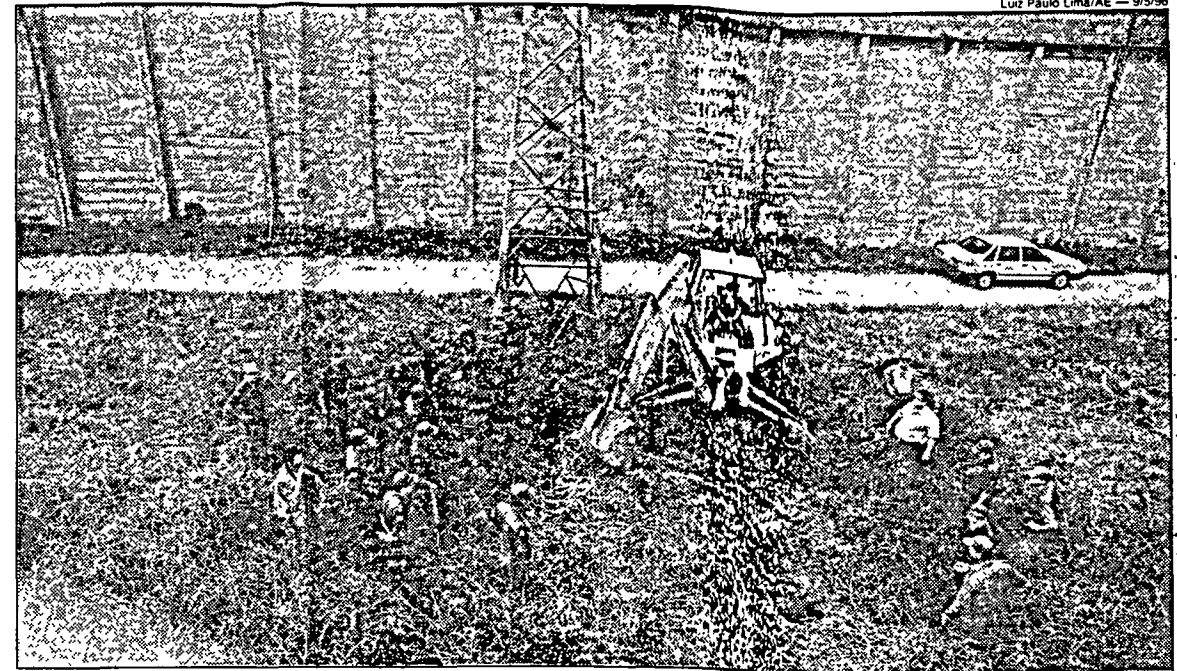
Mas há outro motivo para implodir a Detenção. Os administradores do sistema penitenciário concluíram que, mesmo transferindo todos os presos, 24 horas depois a prisão estaria de novo superlotada, nas mesmas condições de hoje. O presídio acabaria recebendo condenados que estão em delegacias e cadeiões ou nas ruas.

EXPECTATIVA
É DE QUE
DINHEIRO DA
VENDA DA
ÁREA FINANCIE
SISTEMA
CARCERÁRIO

São Paulo tem, hoje, 150 mil mandados de prisão a executar, por falta de vagas nas penitenciárias, de acordo com o Depen. Assim que fossem capturados, seriam, com certeza, "depositados" na Casa de Detenção, reativando o mecanismo perverso dos motins, da corrupção e das fugas, como a da última quinta-feira,

quando detentos, financiados por traficantes e assaltantes de bancos, conseguiram escapar por um túnel que começava numa das salas do Pavilhão 7 e desembocava dentro de uma casa a cem metros do presídio. Policiais militares e agentes penitenciários são suspeitos de conivência.

Segundo o Depen, a Detenção está fora dos padrões penitenciários do mundo civilizado. Atualmente não se trancam tantos presos em seis pavilhões, misturando criminosos de alta periculosidade com condenados a penas menores.



Policiais acompanham escavação do túnel usado na maior fuga da Detenção: histórias de corrupção, violência e motins se repetem



AR-CHOTE

“Quando você entra, tem vontade de sair correndo”

Especialista visitou prisão antes da fuga

cionários. Teoricamente, um agente para seis detentos. Na verdade, descontando-se os que estão afastados

“O Melhor”

Você adquire um lote em Tamboré Residencial 2 de 1.000 m², pagando em 50 meses

"Quando você entra, tem vontade de sair correndo"

Especialista visitou prisão antes da fuga e ficou impressionado com as condições do lugar

BRASILIA — Quem conheceu uma cadeia acha que viu todas. Falso, se ainda não entrou na Casa de Detenção. Um dos mais experientes especialistas em penitenciárias no Brasil visitou a Detenção das Antas na última fuga. E, protegido pelo anonimato, fez este relato ao Estado.

"Depois de passar pela porta principal, você está no pátio, no meio de 1.095 presos (era o número antes da fuga). Todos homens, quase todos homicidas e pelo menos 10% deles em estado de barbárie, capazes de matar como quem acende um cigarro. Ficam no pátio de dia e nem o diretor pode chegar a seu gabinete sem passar por essa massa humana.

"Em volta dos pavilhões, não se distingue um preso perigoso de um homicida casual, nem um detento de um agente penitenciário. São todos personagens do mesmo inferno. Só pude perceber quem eram os agentes porque eles faziam sinais com as mãos, uma espécie de comando ao qual os presos obedeciam por conveniência. Quem manda ali são os presos, não os agentes.

"Diante de um sujeito de terno e gravata, certamente uma autoridade, e ao comando dos sinais, os presos jogavam as mãos para trás. Mas enquanto caminhávamos entre eles era possível ouvir: 'Ai, autoridade, tô maluco para dar um tiro.' A única coisa em que você consegue pensar é: se alguém gritar 'pega', por onde é que eu vou sair?

"O cartão de visitas daquilo é a cozinha. Está desativada e é fácil perceber por que: são 22 fogões industriais instalados num galpão erguido sobre uma espécie de fossa central. Com o passar do tempo, aquela m... toda foi subindo à tona e impregnou o ambiente. O cheiro é insuportável. (Hoje os presos recebem três refeições por dia em 'quentinhas' balanceadas por nutricionistas.)

"Na Detenção há cerca de mil fun-

dionários. Teoricamente, um agente para seis detentos. Na verdade, descontando-se os que estão afastados por razões médico-psiquiátricas, férias, licenças e sistema de turnos, o índice cai de um agente para 400 presos. Só para ter um agente em cada porta de galeria, seriam necessários 120 por turno. Isso não existe.

"Dentro dos pavilhões, você só entra se os presos quiserem. O Poder Público não frequenta, por exemplo, o Pavilhão 9. A própria direção sabe disso: pode-se entrar no Pavilhão 2 e, com alguma negociação, no 4. No resto, com a força policial, mesmo assim correndo riscos. Quando você entra, tem vontade de sair correndo. As paredes onde ainda há reboco são de uma suja cor marrom, com água minando. Percebe-se a umidade no ar. A instalação elétrica parece macarronada: fios entrelaçados, desencapados, unidos por pregadores de roupa.

"As celas são cubículos com catres de cimento para 10 a 12 presos. No simples exame visual se percebe que 20% da população carcerária é de doentes terminais de Aids. Naquela falta de higiene, promiscuidade e umidade, a tuberculose, doença praticamente extinta, está viva. Aquilo é uma estufa de bactérias. Dá vontade de entrar num chuveiro e depois desaparecer numa sauna.

"Há armas de fogo lá dentro, só não se sabe onde estão guardadas. Há maconha, cocaína e crack. Crack é um flagelo no Carandiru. Presos e agentes estabelecem um comércio mútuo. Cigarros e droga são as moedas. É assim em todo presídio, mas no Carandiru é incontável, porque são 6 mil presos. E, afinal, o que você vai esperar de um agente que trabalha num ambiente desses para ganhar R\$ 250,00 no fim do mês? Se pode ganhar o salário de um ano por uma partida de pó?

"O sujeito que dirige um negócio desses devia ser endeusado, ganhar medalhas. Ele convive diariamente com essa miséria sem proteção alguma. Quando você entra lá, o único instinto é proteger a vida. Aquilo não tem cura. Precisa implodir e plantar um roseiral por cima." (R.A.)

SÓ É POSSÍVEL

CRUZAR O
PÁTIO OU
ENTRAR NOS
PAVILHÕES SE
OS PRESOS
DEIXAREM

"O Melhor Presente Para O Dia A Dia Das Mães, Dos Pais E Dos Filhos"

Você adquire um lote em Tamboré Residencial 2 de 1.000 m², pagando em 50 meses

e pode construir sua casa com criatividade para lazer, piscina e quantas garagens quiser. E ganha

Muito Lazer com Quadra Poliesportiva + Tênis + Vôlei em Areia e Grama + Futebol Society

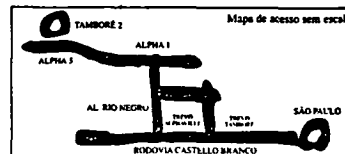
+ Recreação Infantil. Conforto, Liberdade, Qualidade de Vida, Total Segurança em Magnífico

Condomínio Fechado Numa Região Nobre Com Completa infraestrutura comercial

e de serviços. Tamboré, o verdadeiro prazer de viver em família todos os dias.

Exemplo:
Lote 8 da quadra 18 com 1.016 m²
Entrada de R\$ 14.983,10
2 parcelas de R\$ 7.491,55
e 48 mensais de R\$ 2.497,18
(Correção pelo IGP-M - FGV).

Lote R\$ 150.000
Casa R\$ 220.000*
*Custo de Construção R\$ 350.000 o m²
Total R\$ 370.000



Propriedade, Incorporação e Construção:



Exclusividade de Vendas:



Visite plantão de vendas: Rodovia Castello Branco saída 23, trevo Alphaville, em frente ao Residencial Alpha 3. Se preferir é só ligar: 3061-3366.

CARANDIRU *Situação é pior em três pavilhões*

Prédio da Detenção enfrenta problemas

da Reportagem Local

A Secretaria da Administração Penitenciária informou que três pavilhões da Casa de Detenção, no Carandiru (zona norte de SP), estão com "graves problemas" hidráulicos e elétricos. A água escorre pelas paredes. Há fios expostos.

No pavilhão 6, as tubulações de esgoto têm vazamentos embaixo da cozinha do presídio. "Há um odor fétido, podre no local", afirmou o secretário João Benedicto de Azevedo Marques.

A última grande reforma da Detenção atingiu apenas o pavilhão 9. Ela foi feita após o massacre de 111 presos em outubro de 1992.

Os pavilhões que estão em pior estado de conservação são o 8, o 6 e o 7. Eles abrigam quase 2.500 dos 6.200 detentos da unidade. Na semana passada, 51 presos escaparam do pavilhão 7 por um túnel de cem metros de comprimento.

Desativação

O secretário disse que a manutenção está sendo feita, mas que ele espera desativar o presídio. "É

a única solução para a Detenção."

Antônio de Paiva Brito, diretor do Contru (órgão da prefeitura que fiscaliza os imóveis na cidade), disse que só pode fazer uma vistoria na Casa de Detenção caso o governo estadual a requisite.

De acordo com Brito, não há como interditar o presídio por causa da impossibilidade de remoção dos presos para outros lugares. Segundo ele, a infiltração, quando é recente, não oferece risco para a edificação.

Sindicato

Segundo o sindicato dos agentes penitenciários, as condições de trabalho são péssimas no presídio. "Tem funcionário que precisa levar lâmpadas para poder fazer a contagem noturna dos presos", disse Paulo Gilberto de Araújo, 44, diretor do sindicato.

A Folha apurou que há tráfico de drogas e venda de favores aos presos por funcionários da prisão. "O sindicato refuta essas denúncias contra os funcionários da Detenção, que são trabalhadores e honestos", disse Araújo.

B-176

FUGA3 *Afirmção se baseia no fato de os presos terem lâmpadas, ventiladores e fiação elétrica para o túnel escavado*

Segurança da prisão falhou, diz delegada

da Reportagem Local

A delegada Enilda Soares Xavier, titular do 9º distrito policial, que investiga a fuga da Casa de Detenção, diz estar segura de que houve "falha na segurança interna e externa do presídio".

Ela se baseia no fato de os presos terem lâmpadas, ventiladores e fiação elétrica puxada do pavilhão 7 para dentro do túnel por onde escaparam.

"É preciso esclarecer como eles conseguiram tudo isso, mas é praticamente impossível pensar que foi sem ajuda, conivência ou desatenção de funcionários", disse.

Ela acha "estranho" o fato de o túnel ter sido cavado por pelo menos 30 dias sem que ninguém na Detenção tivesse se dado conta.

Enilda disse que a falha do pessoal externo ocorreu na muralha da penitenciária.

"Vamos apurar como é que ninguém viu o movimento na casa onde saíram, embora seja possível que isso tenha ocorrido sem dolo (intenção)."

A Secretaria da Administração Penitenciária informou ontem que uma comissão de sindicância formada por técnicos ligados ao gabinete do secretário está apurando eventual envolvimento de funcionários da Detenção.

O secretário João Benedicto de Azevedo Marques pediu ao Ministério Público que um promotor acompanhe as investigações.

Antes de morrer, o preso Fran-

cisco Santana havia contado à delegada que a fuga "custou uma grana alta", mas não especificou a quantia precisa.

Terra desaparecida

A polícia ainda não sabe com certeza se o túnel de cem metros foi feito de dentro da prisão para fora ou o inverso. A delegada diz ter "a impressão" de que foi cavado a partir da Casa de Detenção.

Ela informou que os tijolos e pedras encontrados na ponta do túnel que dava para a casa da rua Antônio dos Santos estavam limpos —o que, em sua interpretação, é um indício forte de que o piso foi quebrado de baixo para cima.

A delegada disse que o lugar em que foi depositada a terra saída do túnel ainda é um mistério. "Para o esgoto não foi. Talvez tenha saído em sacos de lixo."

A Secretaria da Administração Penitenciária pediu ontem nova perícia nas dependências da Detenção, no túnel e na casa.

"Por enquanto, não dá para saber qual o sentido em que foi cavado o túnel", disse ontem Daniel da Cruz, assessor do secretário.

Nenhum recapturado

Ontem não houve nenhuma nova recaptura. Segundo a delegada Enilda Xavier, a intenção da polícia é obter informações de seu paradeiro por meio dos detentos do pavilhão 7 que não conseguiram escapar.

(RSc)

MORADORES



Toni Pires/Folha Imagem

Detenção abortou 2 tentativas

O secretário João Benedicto de Azevedo Marques pediu ao Ministério Público que um promotor acompanhe as investigações.

Antes de morrer, o preso Fran-

cia é obter informações de seu paradeiro por meio dos detentos do pavilhão 7 que não conseguiram escapar.

(R5c)

Detenção abortou 2 tentativas

da reportagem local

Duas outras tentativas de fuga por túnel aconteceram no últimos meses na Casa de Detenção, no Carandiru (zona norte de SP).

As escavações foram descobertas nos pavilhões 8 e 9. A água avermelhada de um bueiro e uma tenda ao lado da muralha denunciaram a existência dos planos.

A direção do presídio afirma ter aumentado a segurança após essas tentativas. Mesmo assim, 51 presos escaparam anteontem da prisão por um túnel de cem metros.

"É impraticável administrar a Detenção", disse Walter Erwin Hoffgen, 52, diretor do presídio.

Na primeira tentativa, em novembro passado, os detentos do pavilhão 9 cavaram um túnel e jogaram a terra em um esgoto que deságua em um riacho perto da sede do batalhão da PM responsável por guardar as muralhas da prisão.

"Um cabo estava passando perto do riacho e viu a água avermelhada. Imediatamente desconfiamos que um túnel estivesse sendo cavado", disse o tenente-coronel Antônio Carlos Mariano, comandante daquele batalhão da PM.

A Polícia Militar avisou a direção da Detenção, que localizou o túnel e impediu a fuga dos presos. Os construtores do túnel não foram identificados pela polícia.

Tendas

Em março passado, os presos resolveram mudar de tática. Alguns detentos do pavilhão 8 decidiram cavar um túnel junto à muralha do presídio durante o horário de visitas, no fim-de-semana.

Para esconder as escavações, os presos armaram uma tenda ao lado da muralha sob o pretexto de usá-la para receber a visita de familiares. O objetivo era cavar até

contornar o alicerce de três metros de profundidade da muralha e sair em uma rua nos fundos da prisão.

Desta vez, um guarda da muralha percebeu a movimentação dos presos e alertou a Detenção.

Por intermédio de um ofício, o tenente-coronel requisitou que a direção do presídio proibisse a instalação de tendas no pátio, próximo à muralha. "Assumi o presídio há três meses e determinei essa proibição", disse Hoffgen.

Escavadeira

Um escavadeira entrou ontem de manhã na Casa de Detenção, no Carandiru, e destruiu a metade do túnel que permanecia intacta sob o pátio interno do pavilhão 7.

O trabalho foi feito durante a manhã. Os presos do pavilhão permaneceram trancados em sua celas. Durante os trabalhos, os policiais acharam mais três ventiladores usados no túnel pelos furtivos.

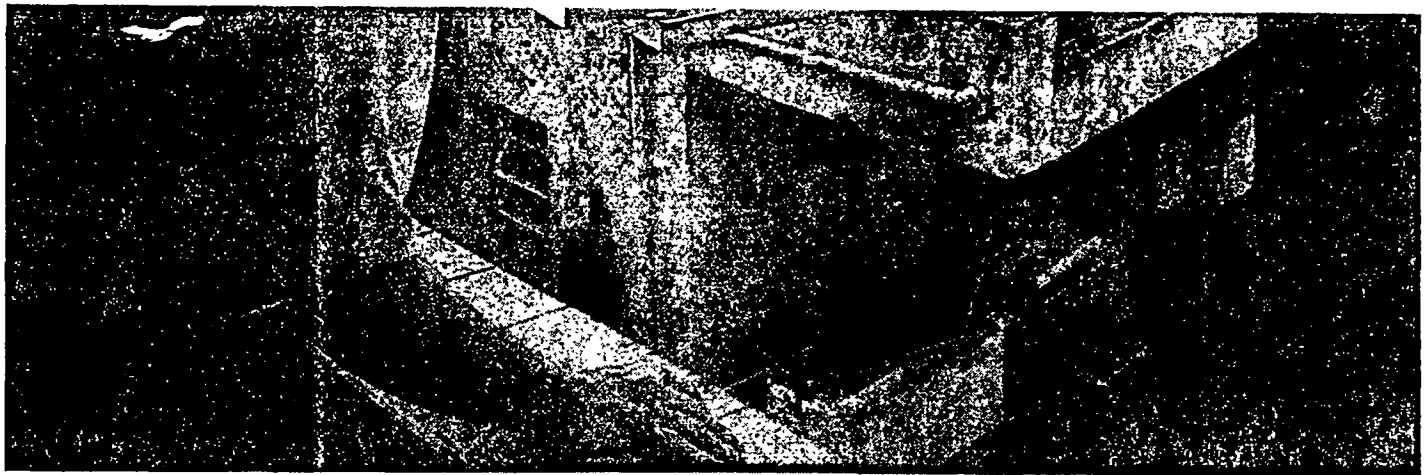
Também foram achados pontos de iluminação e estacas usadas para evitar desabamentos.

"Para nós, é quase certo que o túnel foi feito a partir do interior do presídio", disse o policial.

A direção do presídio alega que o túnel começou a ser construído em uma casa do lado de fora da prisão, onde os presos saíram. (MARCELO GODOY)

O complexo do Carandiru

- Unidades: Casa de Detenção, Centro de Observação Criminológica e Penitenciária do Estado
- Nº de presos: 8.669 (nas três unidades; 1.784 são mulheres)
- Área: 427 mil m²
- Custo mensal da alimentação de um preso: R\$ 195,00
- Superlotação: a Detenção tem 94,5% presos acima de sua capacidade



A dona-de-casa Nadir Arenque, que mora há 26 anos em casa que tem fundos para o necrotério do complexo penitenciário do Carandiru

Vizinhos seguem 'toque de recolher'

Para moradores da região do Carandiru, sirene contra fuga de presos é sinônimo de medo

JACQUELINE LATTARI
da Reportagem Local

Os moradores da região onde está instalado o Complexo Penitenciário do Carandiru, na zona norte de São Paulo, vivem em constante clima de medo.

A sirene acionada quando ocorrem fugas é o toque de recolher dos moradores. "Quando toca a sirene a gente fica esperta. Entra em casa e tranca tudo", disse Nadir Arenque, 50, dona-de-casa.

Nadir mora há 26 anos em uma casa que tem fundo para o necrotério do presídio. "Nunca um

detento entrou em meu quintal."

Ela diz que viu há cinco anos uma vizinha ser ameaçada com uma faca por um furtivo que pulou a cerca e entrou na casa.

"Apenas uma cerca nos separa. Não existe nem sequer um muro. É um absurdo", disse.

Nelson Gouveia Júnior, 23, e Fábio Tavares, 24, moram em uma rua próxima ao complexo desde que nasceram. Eles dizem que suas famílias vivem trancadas em casa, com medo de sair.

Gouveia Júnior afirma que a única solução para as fugas é a desativação do presídio. "O governo deveria construir um está-

dio de futebol nesse local e transferir o presídio para o interior."

Outra moradora que defende a desativação do presídio é a dona-de-casa Ida Caldana, 57, há 37 anos vizinha do Carandiru: "Não vejo a hora de essa cadeia sair daqui. Meu medo é ser feita refém em uma fuga ou levar um tiro durante um motim", disse.

Ida diz que quando escuta a sirene do presídio fica alerta e tranca a casa. "Sabemos quando acontece uma fuga porque os helicópteros sobrevoam a região à procura dos presos."

Segundo Ida, deveria ser realizado um recenseamento nos

presídios. "Os presos de alta periculosidade deveriam ser separados dos ladrões de galinhas."

A dona-de-casa Iracema Braga Neri, 58, ao contrário da maioria de seus vizinhos, diz que não tem medo de morar no local. O presídio feminino fica nos fundos da casa onde ela mora há 25 anos.

"Há uns dez anos vi três presas pulando o muro. Fingi que não as vi e ficou tudo bem. Nós não temos nada com isso", afirmou.

Iracema diz que a única ocasião em que teve medo foi durante a rebelião de 92 em que 111 presos foram mortos. "Parecia uma guerra. Houve muita tensão."

Projeto de lei sobre desativação está arquivado

da Reportagem Local

Dois projetos de lei ligados ao Carandiru, de autoria do vereador Paulo Roberto Faria Lima (PPB), estão parados na Câmara.

Um deles altera o zoneamento da região onde está instalado o complexo penitenciário e está arquivado.

O outro prevê a desativação do presídio e depende da aprovação do primeiro.

O Carandiru está em uma área definida como Z-8, com pouco potencial de ocupação e construção, onde são permitidos apenas parques, aeroportos, cemitérios, etc.

O projeto de lei prevê alteração

para Z-4, própria para construção de escritórios, empresas e casas.

De acordo com o vereador, com o dinheiro da venda para empreendimentos seria possível construir presídios na Grande São Paulo, para onde os detentos seriam realocados, e desativar o complexo do Carandiru.

Segundo o diretor da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio), Luiz Antônio Pompéia, a região do Carandiru é extremamente desvalorizada. "Não há ninguém que se interesse em construir nesse lugar."

Segundo ele, sem a alteração do zoneamento, não há interesse pela região. (JL)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº 583 de 19 96 20 06 96 (a)

Ao Senhor Assessor Chefe,

Sobre o assunto, consta:

Em 20-06-96

Lei. 8.328/75, 8.769/78,

PL. 410/95, 99/96, 159/96, 570/96.

ADRIANA CICONI

100.406

ATM

A'ATM:

Tratando-se de matéria
engenheira, apense-se
isto ao PL 570/96.

21.6.96

A DT. 94 - Senhora Chefe,
De acordo com o Art. 275
do Regimento Interno, solicito o arquivamento do presente projeto.

SE, 02 / 01 / 97

CAN

ORLANDO KOCI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

Em Tempo: nesta data, foi
desapensado o presente
do PL. 570/96,

12/3/97

Sônia B. Cervi
SONIA B. CERVY
Ass. Tec. Legislativa

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 12

Em 12 03 97

(a) Rita de Cássia André

Assistente Parlamentar

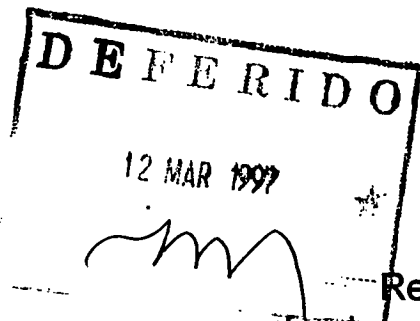
Registro 100.519



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha no 12 do proc.
n.º 583 de 1996
Rita de Cassia André
Assistente Parlamentar
Registro 100.519

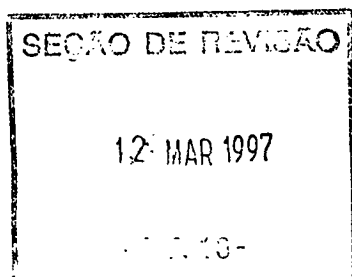
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-0507/1997



Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental, com fundamento do artigo 275, § 2º do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei 583/96 de minha autoria.

Sala das Sessões, 12 de março de 1.997

NELO RODOLFO
VEREADOR



Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 17/03/97 às _____ hs.

Às Nobres Vereadoras
para relatar.

Bruno Frederico

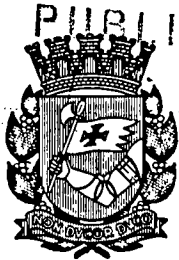
Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 17 de _____ de 1997

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 1997, rubricada e
assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Ata n.º 131 de 08/10/1997 a) *M*



PÚBLICA-SE

16/10/97

Câmara

Folha No 13 do proc.
No 583 de 1996
O funcionário *m*

nal de São Paulo

16 - PAR
16-1144/1997

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 583/96.

Projeto de lei, apresentado pelo Nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa excluir das normas de uso e ocupação do solo descritas no Quadro 8-B, anexo à Lei nº 8.328, de 2 de dezembro de 1975, sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo na zona de uso especial Z8-003, que corresponde à área do Complexo Penitenciário do Carandiru.

Por se tratar de projeto de lei que versa sobre zoneamento, deverão ser convocadas pelo menos 2 (duas) audiências públicas durante a tramitação da propositura, conforme exigência do art. 41, VI, da Lei Orgânica do Município e do art. 85, I, do Regimento Interno.

Este projeto havia sido apensado ao P.L. nº 570/96, por decisão do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, por tratar-se de "matéria congênere". Data venia, discordamos da decisão presidencial. Em primeiro lugar, porque a propositura ora sob exame difere do P.L. nº 570/96, pois no art. 2º define claramente o destino que deseja dar à área, incluindo-a na Zona de uso Z-16, cujas características de uso e ocupação do solo constam do Quadro 2-C, anexo a Lei nº 8.769, de 31 de agosto de 1978. Em segundo lugar, porque não existe no Regimento Interno da Câmara Municipal a figura do apensamento. O que existe no Regimento Interno é o art. 212, determinando a devolução ao autor das proposições de idêntico teor, apresentadas na mesma sessão legislativa. Mas, como vimos, não é caso. Assim sendo, recomendamos o desapensamento do presente projeto do P.L. nº 570/96 e o prosseguimento da sua tramitação.

A proposta ampara-se nos arts. 13, I e XIV, e 149, I e IV, da Lei Orgânica do Município.

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça

10/10/97

Frederico

Sal. Rub...
MT

17 - RELCOM
17-0601/1997

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 08/10/97
página 40 de uma 2
anterior: M

Handwritten signature

A DOUTA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE
Em 08/10/97

Marlene S. de Oliveira
Secretária

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente
Em 9/10/97 às 13:30

MARIAMÁLIA DE VASCONCELLOS AUGUSTO
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

AO NOBRE VEREADOR Domingos Dias
PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

14/10/97

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE, JUNTO À ESTA DATA

folha n.º 14248, em 05/11/97



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Epitáfio nº 14 do proc.
Nº 583 de 1998
O funcionário *A*
ORADOR CONT. APARTE

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLITICA URBANA

METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Sra. Vereadora Aldaiza Sposati

Membros : Senhores Vereadores

Domingos Dissei

Emilio Meneghini

Jorge Taba

Goulart

Roberto Tripoli

Ana Martins

Audiência Pública realizada no Salão Nobre Presidente João Brasil
Vita da Câmara Municipal de São Paulo em 30 de outubro de 1997.

Solicitante: Senhora Vereadora Aldaiza Sposati

(Memo. nº. 177/97)

Secret. Mariamalia de Vasconcelos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 5 do proc.
PAULO 583 de 1996
O funcionário

ROLIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M-1	1	Carla	Pol. Urbana	30.10		

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - Vamos dar início à discussão sobre algumas propostas a respeito da desativação do complexo penitenciário Carandiru, e mais do que a desativação, o que não seria propriamente do arbítrio desta Câmara de São Paulo já que se trata de uma iniciativa do Governo do Estado, mas a reutilização da área hoje absorvida pelo complexo penitenciário do Carandiru.

Nesta audiência pública da Comissão de Política Urbana, estamos com a presença do Vereador Aurélio Nomura, titular de uma das propostas, talvez a que tenha maior adesão em termos de bancadas e até mesmo de outros Vereadores em relação à reutilização da área. E também um projeto de lei de nº 583/96, de autoria do Vereador Nelo Rodolfo, também apresentando uma proposta de reutilização desta área da região do Carandiru.

Contamos com a nobre Vereadora Ana Maria Quadros, líder da Bancada do PSDB.

Já que temos algumas propostas, iniciá-riamos com uma primeira exposição do Vereador Aurélio Nomura. Quero deixar claro que durante o princípio do ano passado esta Câmara Municipal recebeu a visita do vice-governador e do Secretário que cuida da questão relativa à administração penitenciária e debateram e apresentaram a proposição de desativa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 16 do proc.
PAULO 583 de 1998
O funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
M-1	2	Carla	Pol. urbana	30.10		

ção do complexo e reutilização. Com a temática, inclusive, seguramente po-
lêmica, de que fundos gerados pela utilização da região estariam, de
algum modo, sendo utilizados na expansão de novas unidades penitenciárias
no estado de São Paulo.

Quero chamar a atenção^{de} que estamos com uma situação, guar-
dadas as proporções, similar no que se refere ao complexo Sampaio Via-
na, utilizado historicamente como unidade de recolhimento de menores aban-
donados, ainda com o título menores mas, na verdade, bebês, crianças a-
bandonadas e ^{que} está em discussão também sobre uma reutilização no bair-
ro do Pacaembu. Quero assinar que unidades construídas no início da se-
gunda metade deste século chegam agora, ao final do século, em regiões
adensamente urbanizadas e, portanto, proposição de revisão das suas lo-
calizações, pela próprias funções, reutilização ou mesmo, mais do que o
espaço físico, uma mudança na forma de tratamento da questão.

O que estou exemplificando é que temos situações pontuais,
mas, seguramente, isto suporia uma política urbana de trato destas ques-
tões de reutilização de espaços de confinamento na cidade de São Paulo.

Toda esta exposição para iniciarmos os debates. Passo a pa-
lavra ao Vereador Aurélio Nomura, perguntando se há algum representan-
te do Vereador Nelo Rodolfo no plenário. Não? Passe a palavra para o Ve-
reador Aurélio Nomura.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 17 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário *AB*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
M-1	3	Carla	Pol. Urbana	30.10		

O SR. AURÉLIO NOMURA - Bom dia a todos. Vereadora Aldaíza Sposati, presidente da Comissão de Política Urbana; minha líder, Vereadora Ana Maria Quadros; senhoras e senhores.

Preliminarmente gostaria de comunicar a todos, por solicitação do vice-governador que também ocupa e tem a responsabilidade na privatização do nosso Estado; bem como do Secretário da administração penitenciária, Dr. Benedito de Azevedo Marques, que o governo do Estado, dentro da sua posição transparente de discutir todos os problemas da cidade houve por bem pedir à bancada do PSDB que retirasse o projeto com a finalidade de discutir com a população de São Paulo, de maneira geral, mas especialmente àqueles que moram na zona norte para levar os seus encaminhamentos, suas reivindicações e só aí, após a discussão, dentro de um consenso, submetermos esse processo aqui à Câmara Municipal.

Gostaria de discutir que o projeto do governo do Estado é de consenso também na Câmara de Vereadores. Ano passado, estiveram presentes, como a nobre Vereadora Aldaíza Sposati já mencionou, o vice-governador e o Secretário, Benedito de Azevedo Marques, e dentro de uma ampla discussão, com a participação de inúmeras associações representativas do Estado de São Paulo, houve por bem apresentar o projeto que se transformou no da bancada do PSDB, mas acima da bancada do PSDB, um pro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 18 do proc.
N.º 583 do 19.96
O funcionário

PROZÓZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M-2	1	Carla	Pol. urba.	30.10.		

jecto de consenso de todas as bancadas que tinham assento na legislatura anterior.

O que prevê o projeto? Prevê que apenas 65% da área seja privatizada; 30% seria destinada à construção de um parque municipal sem ônus para a prefeitura. Como sabemos, a prefeitura possui dificuldades econômicas extremamente sérias. Não conseguem nem limpar os bueiros das ruas de São Paulo, quanto mais construir um parque municipal; 5% seria destinado à implantação de áreas institucionais. E dentro desses 5% está também prevista a preservação daqueles dois monumentos, quais sejam, o edifício da penitenciária e a academia penitenciária que foram projetados pelo arquiteto Ramos de Azevedo.

Temos também, dentro do Carandiru, uma área de 53 mil metros de mata Atlântica que seria preservada dentro desse projeto. Como até sexta-feira, em um debate na Rádio Bandeirantes, ouvindo o arquiteto Roberto Sarilê, verificamos, efetivamente, que não tínhamos consultado a população, o governo do Estado, através do vice-governador, houve por bem preparar uma grande reunião, quem sabe no próximo mês, reunindo a população, especialmente a da zona norte. É de fundamental importância a participação de todos os senhores presentes para que haja um comparecimento em massa para que nesta reunião surja um projeto de interes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 8. 19 do pres.
N. 583 de 1996
O funcionário 8

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M-2	2	Carla	Pol. urbana	30.10		

se efetivo para toda a cidade de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

A SR^a. ALDAÍZA SPOSATI - O Vereador Aurélio Nomura, pelo que estou entendendo, está retirando a proposta para uma nova rodada de debates e daí surgir uma outra proposição.

Tivemos a informação, ontem, que o Vereador Maria Lima estaria retirando, não temos a informação oficial, mas estaria também retirando do debate o projeto de lei 410/95.

Estamos com a presença do Vereador Nelo Rodolfo, Presidente da Casa, cujo projeto 583/96, composto de 4 artigos, coloca no 1º artigo : " Fica excluído das normas de uso e ocupação do solo, descritas no quadro nº33, anexo à lei 8.328, de dezembro de 1975, a zona de uso Z8 003".

Art.2º : " O perímetro descrito no art. 1º desta lei passa a integrar a zona de uso Z16, cujas características de uso e ocupação do solo constam do quadro nº 2C, anexo à lei 8.769, de agosto de 1968.

E os dois artigos padrão: " As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria". "A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação".



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 20 do proc.
PAULO 583 de 19 96
O funcionário *AB*

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M2	3	Carla	Pol. urba.	30.10		

A justificativa é de que _____ Como a implosão do complexo penitenciário do Carandiru é um fato consumado, trata-se de aproveitar esse imenso terreno para se construir um parque público que pela sua magnitude beneficiaria a maioria da população de São Paulo.

O projeto de lei teve o parecer pela legalidade da comissão de Justiça, está tramitando agora pela Comissão de Política Urbana, deve passar pela Comissão de Atividade Econômica, Finanças e Orçamento.

Tem a palavra o nobre Vereador Nelo Rodolfo.

O SR. NELO RODOLFO - Exm^o Sr^a. Presidente da Comissão, nobre Vereador Aldaíza Sposati; nobre líder do PSDB, Vereadora Ana Maria Quadros; nobre Vereador Aurélio Nomura, membro do PSDB; minhas senhoras, meus senhores, Sr. Comandante.

Na verdade, gostaria de poupar o Vereador Aurélio Nomura de ouvir a população da zona norte. Este projeto foi apresentado, ano passado, e esse meu projeto é de autoria da população da zona norte. O nobre Vereador Faria Lima, companheiro de bancada, havia apresentado um projeto sobre o Carandiru prevendo sua transformação em um moderno complexo imobiliário e também criação de Shopping Center e destinação de área parte da _____ do Carandiru para criação de um Parque.

Meu colega Vereador Maurício Faria, da bancada do PR, tan-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 2/ do prec.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M3	4	Carla	Pol. Urbana	30.10		

bém havia estudado o assunto e previsto a destinação de 65% de área verde e parte da destinação da preservação da área histórica.

Como morador do bairro de Santana, havi a população quase como um todo e tendei um contato com o governador Mário Covas, contato esse que está sendo acenado agora pela nobre Vereador Ana Maria Quadros.

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 22 do proc.
PAULO 583 de 19 96
O funcionário *AB*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M3	1	Anelise	POLÍTICA URB.	30.10.97		

prefeito de São Paulo, Sr. Paulo Maluf, também havia acenado com a possibilidade de construção de um parque. O Sr. Prefeito Celso Pitta, durante a campanha, ouviu a população da zona norte e também optou pelo parque.

Essa discussão tem-se prolongado, e a população que assiste todos os dias, a população que ouço - há tanta gente aqui; era para ter mais, que não estão aqui, mas estarão no momento oportuno - quase como um todo tem um pensamento bastante claro: se é para mexer no Carandiru, que se faça um parque. Se não é para mexer, que deixem os presos lá, porque pelo menos não estão incomodando ninguém. Mas se é para fazer prédio, para fazer loja, estrangulando a qualidade de vida da zona norte que hoje é a melhor de São Paulo, creio que não há o que discutir: é melhor que fique o preso lá. De vez em quando há uma rebelião, uma bagunça, mas a polícia militar vai até lá, age com energia, e tudo fica na maior tranquilidade. Só de shoppings centers, temos 6, 7, há mais dois em construção.

Então, não tem argumento para o governo do Estado. Aliás, Vereador Aurélio Nomura, quero informar V. Exa. de que o terreno não pertence ao governo. Ele não tem documentação, e quer vender algo que não é dele, mas da Prefeitura de São Paulo, que foi cedido para que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 23 do proc.
PAULO 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M3	2	Anelise	POLÍTICA URB	30.10.97		

fosse construída a casa de detenção, a penitenciária do Estado, todo aquele complexo nos 400 mil metros.

Eu queria informar a V. Exa., Vereador Aurélio Nomura, que o Dr. Paulo Maluf provável candidato ao governo de São Paulo também quer ali a construção de um parque. Eu queria informar à Vereadora Aldaíza Sposati, que também é moradora da nossa região, que o Prefeito Celso Pitta esteve em contato com o Governador, Dr. Mário Covas, e também colocou essa situação de dificuldade. Como é que vamos explicar no mundo, não na cidade de São Paulo, que vamos tirar os presos de lá para construirmos prédios, lojas, shopping center, deixando 30% apenas para a construção de um parque na região. Qual é a explicação que um partido político terá para o mundo de hoje, onde você pode construir um moderno parque, preservando as áreas verdes, que servirá de exemplo para o mundo todo, que prega a ecologia, o verde, e outras bandeiras semelhantes. Como é que vamos explicar que vamos tirar os presos porque precisamos arrecadar dinheiro para construir outras penitenciárias e colocar prédio ali?

Então, Vereador Aurélio Nomura, com todo o respeito que tenho por V. Exa, quando convidar a população da zona norte, eu gostaria que V. Exa. permitisse que eu trouxesse as maiores expressões



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
M3	3	Anelise	POLÍTICA URB.	30.10.97		

da zona norte, como por exemplo, os moradores da Vila Bianca, Associação Goioerê, o nosso Malcon Forest, a população que cuida do Horto Florestal, os moradores de Santana, os empresários, as autoridades mais expressivas, para que participassem também da audiência. Mas, Vereador, acender um discussão onde não cabe discussão, será uma situação muito difícil de explicar, porque pelo menos todos os moradores que aqui estão - não vieram mais moradores porque parece-me que ontem à noite a audiência ia ser desmarcada, ninguém sabia se ia ter audiência ou não - entendem que será muito difícil explicar para a população da zona norte, que hoje tem a melhor qualidade de vida da cidade de São Paulo que ali não será um parque, mas que iremos construir prédios, lojas, e o que mais o governo quer.

Minha tese, meu projeto ficará até o fim. Tenho certeza de que nosso projeto será vencedor. Convido-o, Vereador Aurélio Nomura, peço a V. Exa., como membro atuante do PSDB, que traga documentação do Estado, porque o Estado não tem essa documentação e, portanto, não pode vender um terreno que não é dele.

Então, eu creio que essa conversa cai por terra, se não se tem documentos para se vender o que não é seu. Seria um grande estelionato e isso tenho certeza de que o governador Mário Covas não vai



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 25 do proc.
N.º 583 de 19 96
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	4	Anelise	POLÍTICA URB.	30.10.97		

permitir.

Quero parabenizar a Vereadora Aldaíza Sposati, moradora da nossa região, por ter mantido a audiência de hoje, que todos os projetos foram retirados, menos o meu. Então, está valendo esta primeira audiência. Falta apenas mais uma audiência. Se a Vereadora Ana Maria Quadros conseguir audiência com o Sr. Governador de São Paulo, faço questão de convidar a todos para que eu vá juntamente com vocês, porque não quero falar sozinho com o Governador. Minha idéia está bastante clara, cristalina, límpida, e contará, seguramente, com os votos incluindo o da Vereadora Aldaíza Sposati, também de todos os Vereadores que moram na zona norte, que farão uma corrente para que trans^formemos o Carandiru num parque.

Muito obrigado, minhas Senhoras e meus Senhores.

(Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 26 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário *ds*

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M4	1	Anelise	POLÍTICA URB	30.10.97		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Antes de abrir o debate e ouvir a Vereadora Ana Maria Quadros, ontem à noite, em audiência pública, o arquiteto Paulo Bastos, do movimento Defenda São Paulo e também da Associação Amigos de Pinheiros deixou sua posição pedindo que fosse lida, porque ele hoje está em aula, neste horário.

Peço então a permissão para ler rapidamente:

"Dada a impossibilidade, por compromisso profissional, de atender ao convite a essa audiência pública sobre a alteração da casa de detenção, sirvo-me da presente para fazer registrar minha opinião sobre o problema como segue. 1) O sítio do Carandiru, de dimensão avantajada, tem significativa importância para São Paulo, tanto como testemunha histórico-material do sistema prisional, iníquo, aqui adotado, como por conter, de um lado, edifícios de concepção do arquiteto Ramos de Azevedo, os quais fazem parte de nosso acervo cultural e, de outro, por seu não desprezível remanescente da Mata Atlântica. 2) O entorno urbano da área do presídio apresenta considerável quantidade de residências, constituindo-se um verdadeiro bairro, o qual não dispõe de raros equipamentos de caráter cultural - biblioteca, oficinas culturais, áreas de convivência, etc. 3) A boa estrutura viária disponível, bem como a presença da linha local do metrô conferem à área grande acessibilidade por parte de outras regiões da cidade. Nessas condições



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 27 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M4	2	Anelise	POLÍTICA URB	30.10.97		

e dada a notória insuficiência de áreas verdes em nossa cidade, menos de 4 metros quadrados por habitante, contra 12 metros quadrados por habitante, internacionalmente recomendados, seriam desejáveis alterações de zoneamento derivadas do estudo da operação urbana no sítio do seu entorno amplamente discutida com a população atendida que contempla:

1) a preservação dos edifícios do arquiteto Ramos de Azevedo e dos remanescentes da Mata Atlântica, com sua ampliação para pelo menos 50% da área total do sítio; 2) alternativa da reciclagem dos pavilhões prisionais para outros usos compatíveis com suas características habitacionais, culturais, de pequeno comércio especializado ou serviços, complementada com edifícios para habitação multifamiliar de baixa densidade na área restante daquela destinada ao parque; 3) alternativa de preservação de parte dos muros de pelo menos dois pavilhões, documentando os espaços interiores do pátio prisional, adaptados para outro tipo de uso, acrescentando, se for o caso, edifícios para habitação multifamiliar de baixa densidade na área restante daquela destinada ao parque.

Essas observações se destinam, além do seu conteúdo, a reafirmar a necessidade de que a discussão se faça em torno de propostas de ocupação e uso materializadas em propostas concretas, de desenho urbano e sua volumetriação ou seja, expondo ao debate a quali-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 28 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário
ORADOR CONT. APORTE

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
M4	3	Anelise	POLÍTICA URB.	30.10.97		

dade da solução, e não sob mero aspecto quantitativo. Em outras palavras: acima das vantagens do negócio, que o poder público possa fazer, devem estar presentes as vantagens que a população do entorno imediato e da cidade possam obter em ganho de qualidade ambiental, cultural e de lazer.

Agradecendo,

Arquiteto Paulo Bastos."

Passo agora a palavra à Vereadora Ana Maria Quadros, antes dos outros inscritos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Sra. Presidente da Comissão, Vereadora Aldaíza Sposati, Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Nelo Rodolfo. Nobre colega e companheiro de partido Vereador Aurélio Nomura. Bom dia também a todos os presentes. Este tema é muito importante. Quando a bancada do PSDB apresenta o projeto de lei que foi retirado hoje por pedido do Governador, Vice-Governador, representante Secretário, que dirige essa parte do serviço penitenciário, foi justamente para discutir com a população. O Vereador Nelo Rodolfo já afirma que todo mundo prefere apenas um parque naquela região. Existem também propostas como a lida pela Presidente da Comissão também propondo outro uso que dê destino aos prédios lá existentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 29 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFIANTE
M4	4	Anelise	POLÍTICA URB	30.10.97		

O que o Governo do Estado deixa claro é que lá não pode mais funcionar o presídio. Todos os motins e as rebeliões que aconteceram põem em risco a vida das pessoas daquela região. Então, é urgente que se tire o presídio de lá. Sabemos que o Governo Federal já destinou algumas verbas para construção de outros presídios, menores, regionais, que venham a atender a situação da recuperação do preso, porque se não tivermos como objetivo recuperar aquele que é preso, então nada temos a fazer.

Sendo assim, o Governo do Estado quer realmente discutir, porque se o terreno, como diz o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Nelo Rodolfo, é da Prefeitura, o Estado empatou, fez construções lá, e para mais presídios possam ser feitos, há necessidade de dinheiro também. Ninguém pode achar que os presídios possam ser construídos sem dinheiro.

Ora, qual é a melhor solução? Há várias. O Vereador Faria Lima expôs sua proposta, o PT mantém o projeto de lei do Vereador Maurício Faria. Então são várias discussões, várias situações. Quando o Governo pede que a bancada do PSDB retire o projeto é para discutir com a população. Há várias saídas.

Vamos aproveitar os prédios? Vamos destiná-los cultural-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 30 do proc.
PAULO 583 de 19 96
O funcionário *[assinatura]*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M4	5	Anelise	POLÍTICA URB.	30.10.97		

mente? Quem paga ao Estado? É a Prefeitura? Em que base, em que condições? Que a população quer um parque lá, nós já sabemos. Que a população quer que os prédios lá existentes sejam utilizados para atividades culturais, já sabemos.

Então, a posição nossa, do PSDB, é de discutir com a população. Sabemos que por mais ricas que sejam as audiências públicas, que há um número grande de pessoas que vêm com o foi ontem à noite, uma audiência maravilhosa e outras que já aconteceram nesta casa, sabemos que muitos moradores da região não têm conhecimento ainda dos destinos daquela área.

Então, a retirada do projeto por parte da bancada do PSDB é uma retirada para que, realmente, possa ser discutido.

~~S...~~
~~na...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 31 do proc.
PAULO 583 de 19 96
N.º
O funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M5	1	dagmar	pol urbana	30 10 97	a quadros	

Seria interessante termos uma audiência com o Sr. Governador, com o Sr. Vice-Governador, que está cuidando da área do Carandiru, para que fizéssemos até um projeto em acordo com a população da região, ressarcindo o Estado para que ele possa atender aos presos.

Fica uma pergunta: estamos discutindo o Plano Diretor e temos sérias dúvidas, Vereador Nelo Rodolfo, que ele venha a atender a necessidade de qualidade de vida da cidade. Então, fica o compromisso para que a população, através das suas participações, garanta, e nós aqui na Câmara, a bancada do PSDE vai garantir, que não seja aprovado um plano que não venha garantir o mínimo de qualidade de vida para a cidade de São Paulo. Muito obrigada.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Muito obrigado, Vereadora Ana Maria Quadros. Temos inscritos para a discussão ~~XXXXXXXXXXXX~~ Ronaldo Pires, do Grupo Ecológico Erê.

O SR RONALDO PIRES - Bom dia a todos. Queria somente dizer, como representante de uma ONG ambientalista, que ouvimos muito falar em qualidade de vida, estresse, preservação de áreas verdes, só que a população ainda não está conscientizada do valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 32 do proc.
PAULO 583 de 1996
O funcionário *AB*

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. MPARTE
M5	2	dagmar	pol urbana	30 10 97	ronaldo	

um parque, o que isso representa. A cidade de São Paulo possui 1.509 Km2, sendo somente 10,2% ocupados por áreas verdes, ou seja, 154 Km2. É muito pouco, perto do que há de prédios, carros. Os parques ocupam só 42,3 Km2. Precisamos ampliar esses espaços, para que as pessoas tenham mais lazer, porque as lojas, os "shoppings" são necessários, mas qualidade de vida também é muito importante.

Vamos coordenar aqui na Zona Norte o Movimento Pró-Parque do Carandiru e estamos convidando as entidades interessadas, as pessoas, se quiserem nos procurar, estaremos em Santa. É um movimento para aglutinar a sociedade civil em prol da criação desse parque público, e apoiamos o projeto do Vereador Nelo Rodolfo. Vamos convocar a imprensa e discutir também com as pessoas sobre o que é necessário para que a cidade melhore. Muito se discute, mas pouco se conhece a esse respeito. No Furuví estamos tentando já há cinco anos criar um parque público, numa área pequena mas importante de 7.900 metros. Só que é uma batalha difícil porque as pessoas não se unem. Muito se fala sobre Mata Atlântica, que na época do descobrimento ocupava



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Vol. 33 do proc.
N.º 583 de 19 96
O funcionário
CONT. APARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M5	3	dagmar	pol urbana	30 10 97	ronaldo	

1 milhão de Km2, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul; hoje temos menos de 8% da área. Foi apresentando até um projeto de um Deputado Federal, tentando reduzir ainda mais esse volume, mas graças à mobilização das ONGs, o projeto foi retirado.

Então, as pessoas precisam ser conscientizadas de que a área verde é importante para a qualidade de vida: elas protegem o solo e garantem o escoamento das águas das chuvas.

Obrigado.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Muito obrigada, Ronaldo. XXXXXX

Ari Albano, da Reserva da Biosfera Amigos do Horto, defensor da Zona Norte, Movimento Defesa São Paulo.

O SR ARI ALBANO - Srs. Vereadores, especialmente Vereador Nelo Rodolfo, tenho a maior satisfação em participar deste debate, num ambiente diferente de algumas audiências ocorridas aqui, porque aqui todos estão a favor de objetivos comuns: preservação de área, criação de um parque, etc. Mas, como arquiteto, tenho uma longa militância nesse problema de áreas verdes, sou também da Comissão do Meio-Ambiente da OAB, Câmara Técnica. Por



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 34 do prec.
N.º 583 de 19 96
O funcionário

RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CORT. A PARTE
M5	4	dagmar	pol urbana	30 10 97	ari	

causa da minha idade, conheço muitos fatos que é preciso lembrar aqui. Quando se fala que a Zona Norte tem excelente qualidade de vida, etc, essa qualidade de vida não tem nada a ver com a ação do Poder Público, que tem sido sempre omissa e até contrário à preservação dessas áreas. Temos lá o Maciço da Cantareira que se fosse devastado - uma geóloga Magda Lombardo já nos alertou que a Zona Leste ficaria permanentemente inundada no verão.

Então, precisamos tomar muito cuidado com essa questão. Foi precedido de um ambientalista e queria lembrar que há um projeto de lei da reserva da biosfera que visa a preservar o Cinturão Verde da área metropolitana de São Paulo. Tenho certeza de que o Vereador conhece este projeto, porque prestigiou, e houve aqui na Câmara uma audiência para discussão. Há uma entidade chamada Amar, pessoas que estão lutando pela efetiva aplicação de um projeto encaminhado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, mas infelizmente não sabemos ainda que rumo ele vai tomar lá.

Com relação à área do Carandiru, sem nenhum preconceito, sou arquiteto, lembro que a última tentativa feita para se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 35 do proc.
SÃO PAULO 583 de 1996
O funcionário 8

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M6	1	dagmar	pol urbana	30 10 97	ari	

dotar São Paulo de um sistema de áreas verdes ocorreu quase no final da administração Maluf, prefeito. Eu trabalhava em Parques e Jardins desde o tempo do Faria Lima, que executou grande número de praças e parques em São Paulo. O mesmo Faria Lima tinha contratado um levantamento a uma equipe multidisciplinar de paisagistas e técnicos das áreas verdes de São Paulo que, no final da sua administração, foi encaminhado aos secretários e ficou dormindo nas gavetas. Nesse documento dizia-se que era vergonhosa a situação de São Paulo. A Zona Norte, apesar do Matão da Jantereira, como a Zona Leste, não têm nada de áreas verdes, absolutamente nada. A área do horto florestal, o Parque Alberto Loeffgren, aberto ao público, é 1/20 da área do Ibirapuera! Quando o Prefeito Maluf assumiu, alguns secretários de visão, Sangirardi, e nós também, encaminhamos esse plano e pedimos que o Prefeito o transformasse em lei. Ele foi muito objetivo: não há recursos para isso. Pedimos que fosse baixada uma legislação, preservando essas áreas, decretação de utilidade pública. Mas isso é muito para toda a São Paulo. Então, propusemos que isso seria feito para as áreas carentes: Zona Norte e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 36 do proc.
Nº 583 de 19 96
O funcionário

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
M6	2	dagmar	pol urbana	30 10 97	ari	

Zona Leste. Foi o último plano geral de áreas verdes. É espanto so que agora temos a Secretaria do Verde, do Meio-Ambiente há duas administrações e nada foi feito nesse sentido. É uma crítica que eu faço.

Então, tudo o que for feito no sentido de se ampliar a área verde de São Paulo deve ser apoiado. Precisamos também do Campo do Marte. É uma aberração o Campo do Marte lá. É outra luta que ele retorne ao município de São Paulo, ele que foi apropriado pela União.

Com relação ao projeto do Vereador Nelo Rodolfo, tenho uma dúvida e um grande receio. Eu chefei uma seção, quando me aposentei, que se chamava Assessoria de Legislação e Normatização Técnica. A Zona Z-16 só existe nas margens da represa de Guarapiranga, tem baixa densidade demográfica - o que é muito bom, mas ela permite atividades de lazer de baixa densidade, mas permite restaurantes, cafés, diversões, locadoras, hotéis, motéis, teatros, bufês e clubes. Apenas a lei não nos garante que será um espaço verde para a população, e isso que é perigoso. Dou um exemplo: se esse terreno for posto à venda e o Beto



RODIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
M6	3	dagmar	pol urbana	30 10 97	ari	

Carrero quiser arrematá-lo, ele poderá fazer um parque lá. Não estou criticando o Beto, tudo o que ele fez tem sido bom, mas será que nessa região seria o caso? Então, precisamos ter uma garantia. Sr. Vereador, eu fiquei sabendo da audiência apenas ontem e estive aqui à noite nas audiências de outros projetos, e ouvi mais ou menos uma proposta que encaminhou nosso colega Paulo Bastos. A minha idéia seria a seguinte: realmente uma consulta e até um concurso de idéias; sou arquiteto, mas não estou puxando a sardinha para a minha brasa, mas como aproveitar aquela área dentro desse espírito que está sendo proposto aqui, que acredito que é da maioria. Precisamos garantir que a área seja de um bem público, para uso da população, então a minha proposta é que fosse feito primeiro talvez até um concurso de idéias que a Câmara poderia coordenar, ou o próprio Vereador. Não seria como alguns concursos que estão sendo feitos para a cidade, para o centro, que acho lamentáveis, porque o resultado é assim: se a área tem baixa densidade, vamos encher de prédios, sempre verticalizando. Não é o caso. O concurso seria mais ou menos: o que vamos preservar? Vai predominar o par



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 38 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
M6	4	dagmar	pol urbana	30 10 97	ari	

que, a recreação, o lazer, ou haverá espaço para tudo isso? Acre
dito que haverá. O que acho que seria arriscado é ser apenas um
Z-16. Precisamos ter efeito, ~~_____~~

d ~~_____~~

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 39 do proc.
N.º 583 de 19 96
O funcionário *th*

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. MPARTE
M-7	1	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97		

uma espécie de concurso que poderia ser coordenado pela Câmara de idéias. Aí seria feito um zoneamento para ratificar esse projeto, essa idéia, essa vocação, porque do jeito que está pode ter um outro uso. Se alguém da iniciativa privada adquirir todo o terreno, evidentemente, ele vai executar alguma coisa, um projeto. Alguém pode até pretender um centro de convenções.

Mas acontece que nós carecemos de parques e áreas verdes. É preciso ver como isso seria feito. Então, minha posição seria no sentido de que deveria ser feita uma ampla consulta, talvez até um concurso de idéias para a área, antes de se propor uma alteração de zoneamento.

Agora, de qualquer forma, jamais um projeto como aquele que transformava em zona 4. Isso seria um crime de lesa-pátria.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Quero fazer algumas considerações. Primeiro, na condição de presidenta da Comissão de Política Urbana e, até aqui, mediando duas propostas bastante diversas de dois grandes vereadores, dois grandes companheiros, colegas aqui, dizer que, do ponto de vista regimental, o que nós temos concretamente é um projeto de lei tramitando, que é o Projeto de lei 583/96, de autoria do Vereador Nelo Rodolfo e os outros projetos de lei retirados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Plano Q: 40 do proc.
Nº: 583 de 19 96
ORDENÇÃO DE CONT. ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDENÇÃO DE CONT. ARTE
M-7	2	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97	

Portanto, esse projeto de lei 583 está habilitado para ir para uma segunda audiência público e, claro, ter aqui sua tramitação. E assim esta Comissão procederá no sentido do encaminhamento, o que absolutamente não significa que outros projetos de lei não venham a ser apresentados.

Entendo que essa perspectiva aqui colocada do amplo debate popular seguramente ganha mais a democracia, ganha a Cidade, ganha a qualidade de vida e nenhum membro da população foi contra. Nós tivemos várias propostas: um debate na região, um debate ou uma discussão com o Sr. Governador.

Então, ao que tudo indica, uma segunda audiência pública talvez não fosse feita na Câmara e, sim, na região. Isso seria um encaminhamento.

O SR. _____ - Até como opção, muitos que não conhecem a penitenciária construída pelo Ramos de Azevedo e também a Mata Atlântica de lá, nós poderíamos realizar essa audiência pública exatamente no próprio local. Gostaria de submeter à Presidência desta Comissão essa proposta de ser realizada lá em data a ser marcada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 41 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
M-7	3	Vera	C.Pol.Urb .	30.10.97		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Nós temos uma outra hipótese de local para ser também examinada.

Mas eu quero fazer algumas considerações. Primeiro, eu acho que esse projeto apresentado pelo Vereador Nelo Rodolfo - e aqui vai o meu testemunho como moradora da zona norte - foi uma vitória da população da zona norte. Não sei de quantos por cento, mas foi uma vitória. Por quê? Quando, no ano passado, estavam aqui o Albano, o Vereador Trípoli e outros vereadores, estávamos, no Horto Florestal, na reabertura do Horto, inclusive pela comunidade, foi um pleito de entidades de que não fosse permitido um outro uso da região do Carandiru que não fosse, na verdade, a preservação de áreas verdes.

Lembro que, naquela ocasião, o Vereador Nelo Rodolfo conversou comigo, dizendo: estamos em dúvida. Havia uma dúvida entre os vereadores em relação ao uso da região, se área verde ou outra destinação, comercial ou residencial. Lembro, então, que o Vereador Nelo Rodolfo, naquela ocasião, conversamos e ganhou a opinião dele, no sentido de defender uma proposta que fosse de preservação de áreas verdes.

E aqui, Vereador Nelo Rodolfo, eu quero, como vereadora, declinar a minha dúvida se aquilo era um projeto de lei porque estávamos em um ano eleitoral, ou se era um projeto de lei mesmo para ter



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 42 do proc.
N.º 583 de 19 96
O funcionário
ORADOR CONT. APORTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
M-7	4	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97		

continuidade. Passado um ano, eu vejo que o projeto de lei teve uma continuidade e discutimos essa questão naquela ocasião.

Agora, eu queria ponderar que nós estamos falando pontualmente Carandiru. Uma boa parte aqui é da região e conhece. Na verdade, estamos falando de toda uma região que era a várzea do Tietê. O Carandiru era o chamado areal, havia uma estaçãozinha de trem chamada Areal, o trenzinho da Cantareira e era só uma parada muito mais para os visitantes da Casa de Detenção e do presídio. Não se tinha aí um desenvolvimento urbano.

Essa região da várzea do Tietê depois, com o crescimento da zona norte, foi sendo valorizada e nós temos uma polêmica até hoje, seguramente, quem é da zona norte tem uma leitura crítica, sabe da polêmica que existe em relação à ocupação do Shopping Center Norte e do Lar Center, se a família Otto Baungart realmente foi uma família invasora ou não dos antigos meandros do Tietê.

Isso é algo que não está realmente explicado, porque os papéis em geral do governo, no que dizem respeito aos meandros do Tietê, são cheios de meandros também.

Então, o que temos naquela região, sem dúvida alguma, é, de um lado, o adensamento do Shopping Center Norte e do Lar Center, de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n. 43 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
M-7	5	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97		

outro lado, nós temos o adensamento trágico do ponto de vista da poluição necessária para a Cidade, que é a presença da rodoviária e acho que isso sem dúvida, é um contributo da zona norte para toda a Cidade, nós temos ali o adensamento gerado pela construção maciva de prédios do Cingapura, beirando a Av. Zacki Narchi. Então, temos uma concentração de atividades comerciais e mesmo residenciais naquele ponto.

Portanto, penso que, sem dúvida alguma, a zona norte, na sua região mais central, contar com um espaço de lazer é mais do que necessário. Inclusive, como foi dito na carta do arquiteto Paulo Bastos, há a questão da possibilidade do acesso pelo Metrô.

E aí, Vereador Nelo Rodolfo, veja que a minha ponderação caminha, evidentemente, pela reserva dessa região. Todavia, Vereadora Ana Quadros, eu acho que a proposta não delinea como será a utilização posterior do local. E aí começa o meu receio.

Aqui quero dizer o seguinte: como a política de manutenção, de preservação de áreas tem sido muito precária, tanto pelo Governo do Estado, quanto pelo Governo do município, o Horto Florestal chora a precarização da sua conservação, o Horto Florestal chora a precarização da conservação dos seus lagos e dos seus caminhos internos - sou usuária, conheço isso - , então, a gente teme efetivamente como será essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 44 do proc.
PAULO N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
M-7	6	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97		

política de ocupação dessa área.

Então, considero correta a preservação do local. Corretíssima. Todavia, eu acho que nós temos que caminhar, possivelmente numa segunda audiência, Vereador Nelo Rodolfo, para um delineamento melhor dessa forma de utilização e caminhar talvez com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para, quem sabe, se vamos ter um orçamento para o ano de 1998, nós começarmos a delinear qual será a inversão, efetivamente, de recursos para a manutenção do local. Porque eu temo que nós, digamos, congelemos, fiquemos com a área verde e depois nós vamos ter pavilhões abandonados, sem absolutamente qualquer trato arquitetônico ou de convívio, sem uma política de manutenção, nós vamos ter depois a invasão, ficar espaços esvaziados, inclusive, que não garantem a segurança da utilização. Vide Jardim da Luz .

Creio que temos que avançar no sentido de criar espaços, mas afiançar essa política de utilização do espaço. Quero deixar isso assegurado. Quero indagar se o Engº Coimbra tem alguma contribuição a respeito.

O SR. COIMBRA - Da assessoria. Apenas quanto à colocação da área como Z-16 talvez tenha sido um erro técnico, porque, pelas palavras

970 D'Anicionario CONT. APARTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 46 do proc.
Nº 583 de 1996
O Funcionário 88
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
M-8	8	Vera	C.Pol.Urb.	30.10.97		

um acordo entre o Governo estadual e o Governo municipal, para que todos fossem atendidos e a população em primeiro lugar.

Sem garantir isso que a vereadora colocou, o destino dos prédios, qual a sua manutenção, nós estamos correndo sérios riscos. Em vez de contribuírmos para a melhoria da qualidade de vida, podemos estar contribuindo justamente para o inverso, degradar as condições de vida da região.

Acho que é possível, sim, haver um consenso dos vereadores desta Casa para que o projeto realmente melhore a qualidade de vida daquela região, que o presídio seja desativado e que outros possam ser melhor construídos, para oferecer condições para a recuperação dos presos.

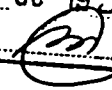
Muito obrigada.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Agradeço à Vereadora Ana Quadros.

Agradeço a presença de todos. Vamos examinar as diferentes propostas de uma segunda audiência pública e também o próprio amadurecimento dos vereadores proponentes para, quem sabe, a gente chegue a um substitutivo que afiance a melhor possibilidade de direitos à população, não só da zona norte, como da Cidade.

Muito obrigada a todos.

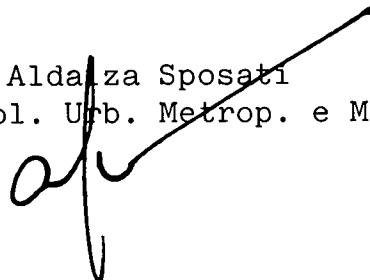
ARQUITETO PAULO BASTOS

Folha n.º	47	do proc.
N.º	583	de 1996
O funcionário		

Juntar ao PL 583/96.

São Paulo, 29 de outubro de 1997

Ver. Aldaiza Sposati
Pres. Com. Pol. Urb. Metrop. e Meio Amb.



Prezada Vereadora:

Dada impossibilidade, por problema de compromissos profissionais anteriormente assumidos, de atender ao honroso convite da ilustre vereadora, para comparecer à Audiência Pública sobre a alteração de zoneamento da Casa de Detenção (Carandirú), sirvo-me da presente para fazer registrar minha opinião sobre o problema como segue:

1. O sítio do Carandirú, de dimensão avantajada, tem significativa importância para São Paulo, tanto como testemunho histórico-material do sistema prisional iníquo aqui adotado, como por conter, de um lado, edifícios de concepção do arquiteto Ramos de Azevedo, os quais fazem parte de nosso acervo cultural e, de outro, porção não desprezível de remanescentes da Mata Atlântica.
2. O entorno urbano da área do presídio apresenta considerável quantidade de residências, constituindo-se em um verdadeiro bairro, o qual não dispõe senão de raros equipamentos de caráter cultural (biblioteca, oficinas culturais, áreas de convivência, etc).
3. A boa estrutura viária disponível, bem como a presença da linha local do Metrô, conferem à área grande acessibilidade por parte de outras regiões da cidade.
4. Nessas condições e dada a notória insuficiência de áreas verdes públicas em nossa cidade (menos de 4m²/habitante contra 12m²/habitante internacionalmente recomendados), seriam desejáveis alterações de zoneamento que, derivadas do estudo de operação urbana no sítio e de seu entorno, amplamente discutida com a população atingida, contemplem:
 1. A **preservação** dos edifícios do Arq. Ramos de Azevedo e dos remanescentes da Mata Atlântica com sua ampliação para, pelo menos, **50%** da área total do sítio.
 2. A alternativa da **reciclagem dos pavilhões prisionais** para outros usos, compatíveis com suas características (habitacionais, culturais, de pequeno comércio especializado e/ou serviços), **complementada** com edifícios para habitação multifamiliar, de baixa densidade, na área restante daquela destinada ao parque.



3. A alternativa da **preservação de parte dos muros e de pelo menos dois pavilhões**, documentando os espaços do interior e do pátio prisionais, **adaptados** para outro tipo de uso, acrescentando, se for o caso, edifícios para habitação multifamiliar, de baixa densidade, **na área restante daquela destinada ao parque.**

Estas observações se destinam, além de seu conteúdo, a **reafirmar** a necessidade de que a discussão se faça em torno de propostas de ocupação e uso, **materializadas em propostas concretas de desenho urbano e sua volumetrização**, ou seja, expondo ao debate a **qualidade da solução** e não seu mero aspecto quantitativo.

Em outras palavras, acima das vantagens do **negócio** que o poder público possa fazer, devem estar presentes as vantagens que a população do **entorno imediato** e da **cidade** possam obter em **ganho de qualidade ambiental, cultural e de lazer.**

Renovando os votos de continuidade no brilhante trabalho realizado à frente da Comissão de Política Urbana, Metropolina e Meio Ambiente,

atenciosamente,



Arquiteto Paulo Bastos

À
Exma. Sra. Vereadora
Aldaíza Sposati

DD. Presidente da
Comissão de Política Urbana,
Metropolina e Meio Ambiente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 49 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA

E MEIO AMBIENTE

Presidente: Senhor Vereador Aurelio Nomura

Membros : Senhores Vereadores

Domingos Dissei

Emilio Meneghini

Archibaldo Zancra

Aldaiza Sposati

Goulart

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública s/PL. 583/96 realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo em 19 de agosto de 1998.

Solicitante: Senhor Vereador Aurelio Nomura

(Memo. n.º. /98)

Secret. Mariamalia de Vasconcelos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 50 do proc.
N.º 583 de 1996

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ORÇAMENTO
R 1	1	morg.	Com. Pol. Urb.	19.08.98		

O SR. AURÉLIO NOMURA - Bom dia a todos. Quero

agradecer a presença de todos os senhores e senhoras, especialmente, o autor deste projeto, Sr. Presidente desta Casa, Vereador Nelo Rodolfo. Está presente também a Vereadora Aldaíza Sposati, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O projeto de lei nº 583/96, de autoria do Vereador Nelo Rodolfo, está em segunda audiência.

A justificativa do autor, prende-se na modificação proposta, visa a transformação da zona de uso Z-8 003, para uso Z-16, com a implanção do complexo do Carandiru, um fato consumado e trata-se de aproveitar esse imenso terreno para construir um parque público e pela sua magnitude beneficiar a maioria da população de São Paulo.

Um parêntesis. Na primeira audiência pública, o Vereador Nelo Rodolfo, juntamente com a comissão ficou de apresentar um substitutivo ...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 51 do proc.

N. 583 de 19 96

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ASSISTENTE
R2	1	dalva	Política Urbana	19.08.98		

O nobre Vereador Nelo Rodolfo ficou de apresentar um substitutivo alterando o zoneamento ~~para~~ para ocupação de Z-8003, que destina-se exclusivamente para a instalação de um parque público como também para equipamentos públicos, como hospitais, escolas, efim,

Gostaria de passar a palavra ao autor do projeto, nosso Presidente da Casa, Vereador Nelo Rodolfo.

O SR. NELO RODOLFO - Bom dia a todos, agradeço a presença de todos aqui na Câmara Municipal de São Paulo, cumprimentar também o Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana, meu companheiro e amigo Vereador Aurélio Nomura, em realizar esta Audiência tão importante em que teremos condições de colocar a questão na pauta de votação da Câmara. Quero cumprimentar também a nobre Vereadora Aldaíza Sposati, que foi a Presidente ~~dessa~~ desta Comissão no ano passado, realizando a primeira audiência para discussão desse projeto tão importante, em especial, para os moradores da zona ~~nordeste~~ norte de São Paulo.

Estamos ~~hoje completando~~ ~~hoje~~ hoje a 500 dias do ano 2000. O Governo do Estado inicia hoje a transferência de presos para presídios menores e gostaria de ressaltar que a questão



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABORCIONÁRIO	CONTABILITE
R2	2	dalva	Política Urban	19.08.96		

do zoneamento é da competência da Câmara Municipal de São Paulo. Não é competência da Prefeitura, ^{nem} do Estado e o que será feito em qualquer lugar de São Paulo a competência é da Câmara Municipal de São Paulo, e nem um vereador pode fugir a esta responsabilidade. O Governo do Estado, no ano passado havia se manifestado interesses em ~~comprar~~ vender a área do Carandiru para grupos estrangeiros para construção de prédios ou qualquer coisa parecida. A proposta não foi levada ~~adiante~~ em frente diante do repúdio da população de São Paulo, em especial a população da zona norte. O governo do Estado volta a se manifestar agora na intenção de se construir ali um centro ~~parx~~ profissionalizante. Mas algumas questões ainda não foram respondidas como por exemplo, de quem é esta área, se é da Prefeitura, ou do Govenro do Estado. E o principal, que ~~aind~~ ^{ainda} não foi discutido, é que a população, através de pesquisas realizadas, ela não quer ali nem shopping Centers e nem ~~parx~~ prédio. Mas a grande parte da população ouvida manifesta interesses da construção do Parque do Carandiru que ~~seria~~ seria praticamente igual a Parque do Ibirapuera, para que todos os moradores da zona ~~norte~~ norte pudesse usufruir e até os moradores das outras partes de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 53 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CORT. APARTE
R2	3	dalva	Política Urbana	19.08		

ra manifestação, o nobre Vereador Aurélio Nuumura por marcar esta audiência e trazer de volta esta discussão a todos os vereadores que irão decidir o que poderá ser feito naquela área.

Estou apresentando projeto substitutivo fechando da vez a questão da construção do parque. Parece-me que todos os outros projetos na direção do Garandiru foram retirados pelos seus autores e graças ao bom Deus ficou apenas este. Acho que a 500 dias do ano 2000, vamos poder entrar no século do "E": ética, ecologia e educação, construindo ali um grande parque preservando as áreas históricas e a Câmara Municipal de São Paulo, mais uma vez, dará um exemplo à população de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. AURÉLIO NOMURA -

Gostaria de anunciar a

presença dos Srs: Egberto ~~Nxx~~ Neves Simões, Secretário do Vereador Gilson Barreto; Sra. Eneida Rec, da Emurb; Sr. Rubens Brandão de Souza, SEAB-CONTRU; Sr. Ari Albano, do Movimento Defesa São Paulo e AMA Amigos Moradores da Biosfera; Dra. Maria Aparecida Lomonaco, Diretora do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 54 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
4						

Departamento do Patrimônio Histórico, Edr. Malcom Forest, Presidente
da AMA Associação Amigos Moradores da Reserva Biosfera.

Tem a palavra a nobre Vereadora Aldaíza Sposati.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Bom dia a todos, creio com
a apresentação desse substitutivo, nós avançamos naquilo que foi dis-
cutido na primeira audiência em que temos uma coerência das intenções
do uso desta área com aquilo que está colocado na lei. Acho que
nessa situação do Carandiru, temos uma questão que vou chamar mais
abrangente, do que uma alteração do uso do solo. Para que haja uma
reocupação, é preciso uma mudança do solo, mas é preciso também, dire-
cionar essa nova ocupação. O que estou chamando de direcionar essa
nova ocupação? Aqui o nobre Vereador Nelo Rodolfo, nesse
substitutivo ~~é apresentada na~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 55 de proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
RS	1	L. Carlos	Com. Pol. Urb.	19.08.98		

... Já apresenta, no artigo 3º, uma medida nessa direção: "A área compreendida como casa do administrador da Penitenciária do Estado, seu entorno, bem como as demais construções relevantes do ^{interesse} ~~XXXXXX~~ cultural histórico-paisagístico e arquitetônico e o restante da mata atlântica deverão ser preservados, disponibilizados para o fim de que trata a lei."

Então, acho que aqui, para além de se ~~de~~ dizer: "Muito bem, não vai se contruir shpping, não vai se verticalizar", há uma intenção neste artigo dizendo o que se vai preservar. E me parece que é interessante esta direção, Vereador Nelo Rodolfo, e eu até sugeriria o seguinte: Uma vez que o Estado, pelo menos o que se lê em reportagens na semana passada, já fala até em demolir este ou aquele pavilhão, e manter esse ~~je~~ ou aquele outro para fins de escolas profissionalizantes, e daí não se discute até muito claramente para quem é a escola profissionalizante, com que direção, para ~~XXXXX~~ qual finalidade de absorção de mão de obra qualificada ou semi-qualificada, na zona norte, eu teria aqui, caro Sr. Presidente, uma sugestão: não seria interessante colocarmos mais um artigo nesse substitutivo de sua autoria que, entendendo eu que a comissão de Política Urbana, Metropolitana e ~~Meio~~ Meio Ambiente tem toda a intenção e vontade de acolher, alguma coisa do tipo: a Prefeitura de São Paulo deverá promover, no prazo de "X" dias, ^{um concurso} ~~XXXXX~~ de apresentação de propostas de utilização, nos termos desta lei. *

Digo isso para que pudéssemos, não sei, provocar mais o sonho de formas de utilização, ir na direção até, eu diria, de uma ~~XXXXX~~ operação urbana, alguma coisa assim, que qualificássemos dados o tra

to



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 56 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R3	2	L. Carlos	Com. Pol. Urb.	19.08.98	Aladaíza S.	

to, quer dizer uma área grande - foi lembrado até aqui, antes de comecarmos a audiência, que ela é uma área contígua ao "Campo de Marte", outra grande área na zona norte, que há sempre uma sugestão de uma utilização ~~xxxx~~ mais pública do que ela é, quer dizer, ela tem o uso pelo Ministério da Aeronáutica, como residência oficial, tem o uso de um aeroporto de baixa utilização, e, ainda, de escola de aeromodelismo, mas há sempre ~~xx~~ uma certa demanda dos moradores de lá, como até já lembramos: há um anseio de que no Campo de Marte houvesse um mirante, alguma forma de olhar aquilo que se passa, e nunca se consegue.

E, enfim, de que maneira essa área do próprio Campo de Marte ser mais integrada à utilização coletiva. Mas, não sei, surgiram aqui, queria avaliar com V. Exa. e tal, se não seria interessante introduzirmos um artigo, provocando até uma projeção maior ali do entorno.

PRESIDENTE

O SR. AURÉLIO ~~XXXXXX~~ NOMURA - Agradeço a manifestação.

Gostaria de passar a palavra ao Presidente Nelo Rodolfo.

O SR. NELO RODOLFO - A proposta da Vereadora já está sendo acolhida e já vamos preparar conjuntamente, introduzindo esse artigo aqui no substitutivo que será apresentado oficialmente na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE ~~xxxx~~ (Aurélio Nomura) - Gostaria de ~~xxxxx~~ ^{conv} Compresp,

dar a Diretora do Departamento do Patrimônio Histórico, a Dra. Maria Aparecida, tendo em vista que essa área, tendo em vista que essa área também está sendo estudada pelo departamento, visando ao tombamento de parte dessa área. Por favor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 57 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
RS	3	L. Carlos	Com. Pol. Urbana	19.08.98	Pres.	

Gostaria também de convidar para participar da Mesa o Dr. Rubens Brandão de Souza, Diretor do Contru, por favor. (Pausa)

Também gostaria de convidar o Dr. Malcon Forest, Presidente da MAR (?), para compor a Mesa. (Pausa)

Agora, ~~XXXXXXXXXXXXXXX~~ gostaria de passar a palavra a Dra. Maria Aparecida, para suas observações. (Pausa)

A DRA. MARIA APARECIDA - Bom dia. Sou Diretora do Patrimônio Histórico e membro do EEM Concrep. Muitas pessoas me conhecem como Nina.

O DPH vem, há um ano e aproximadamente, com a proposta do tombamento da área toda do Carandiru, todo o complexo Carandiru, com vistas, a, depois, aberto o processo de tombamento, a se fazer, ~~em~~ então, um estudo mais aprofundado, analisando o que ~~se~~ deva, dentro disso tudo, ser liberado, ou o que deva ser preservado. Isso, pelo que estive vendo agora da ~~se~~ proposta do Vereador Nelo Rodolfo, vem, mais ou menos contemplar o que almejamos, Acho que, para nós do DPH, seria essencial que se preservasse, dentro desse parque, todo o complexo masculino, ou seja o presídio masculino, e a casa do administrador, não só a casa do administrador, e as áreas verdes remanescentes da Mata Atlântica. Não sei o que a população do bairro pretende para essa ~~região~~, acho que Santana é carente de uma área verde, merecem que se proponha uma área verde para lá, é muito satisfatória que a proposta esteja sendo essa, mas acho que a qualidade desse edifício, o estado de conservação (que os senhores poderão ver nas fotos que estamos passando) merece que se proponha alguma coisa para a preservação desse edifício masculino,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 58 do proc.
N. 583 de 1996
O. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R3	4	L. Carlos	Com. Pol. Urb.	19.08.98 XHH	M ^a Aparecida	

que contém não só o próprio presídio, como as oficinas, a padaria, etc.
e a área xxxxxx verde.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 59 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. EXTERNE
1-4	1	Vera	O.Pol.Urb.	19.8.98		

~~O complexo presidiário, como está~~
para que ali se desenvolva alguma coisa de caráter social ou cultural.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Agradeço a manifestação e gostaria de passar a palavra ao Dr. Maloon Forest,

O SR. MALCON FOREST - Bom dia a todos. Muito obrigado por esta oportunidade. Para mim, é uma satisfação muito grande ver que já chegamos a esse ponto em que estamos agora, Essa luta encabeçada que foi pelo Vereador Nelo Rodolfo tem uma significação muito grande para São Paulo.

Eu acho que o mundo já mudou, os paradigmas já mudaram, mas o governo, a população, as empresas, muitas delas ainda não acompanharam essa mudança de paradigma. São Paulo realmente precisa de muito verde, de muito lazer, de muita cultura, de muito valor humano.

O complexo presidiário do Carandiru transformado em parque vai trazer grandes benefícios para São Paulo. Eu sei que muitos de vocês já sabem disso, mas vale a pena lembrar. Ele compõe um sistema com o Campo de Marte que tem uma área verde significativa, com o Parque da Luz com o Parque Ecológico do Tietê, com a Serra da Cantareira.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 60 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAFORTE
R-4	2	Vera	O.Pol.Urb.	19.8.98		

Esse sistema é muito importante para as aves, por exemplo, que precisam de campo migratório para sobreviver. Quem chega à noite ao Campo de Marte ou, então, ao Parque da Luz sente uma diferença na qualidade do ar e na temperatura.

Esse benefício será estendido com a criação do parque. Eu acho também que não é má idéia se ter a utilização para o patrimônio histórico que está ali inserido e algum trabalho em nível profissionalizante.

Acho muito boa a idéia da Vereadora Aldaíza Sposati de se propor um concurso, uma discussão mais ampla. Quero propor, inclusive, presidente, que se promova um grande evento popular, na zona norte, talvez num clube, colocando essa informação na Internet, com forte apoio da mídia, envolvendo a população local e toda a população de São Paulo, porque o Parque do Carandiru vai ser o único parque disponível à população com acesso por metrô, por exemplo. Ele vai tirar a pressão do Horto Florestal que está sendo usado como parque de lazer, cuja vocação não é essa.

Então, acredito que fazendo-se essa discussão, envolvendo inclusive a questão de presidiários e ex-presidiários, as famílias dos presos, seria um passo muito significativo para o desenvolvimento da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 61 do proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTIR
R-4	3	Vera	O. Pol. Urb.	19.8.98		

cidadania.

O SR. ~~ADRIÉLIO NOMBRA~~ - Agradeço a manifestação e gos-

taria de franquear a palavra à platéia,

Não havendo mais ninguém para se manifestar, gostaria de registrar a presença do Administrador Regional de Santana, e dizer que esta Comissão teve um prazer muito grande em debater essa matéria que já se prolonga por dois anos basicamente.

Inicialmente, existia um projeto do Vereador Faria Lima. Posteriormente, o projeto do Vereador Maurício Faria e também um projeto da bancada do PSDB e também o projeto do Vereador Faria Lima.

Atualmente, temos apenas em tramitação o projeto do Vereador Nelo Rodolfo. É importante frisar que a mudança do perfil dessa região só vai acontecer graças ao esforço do nosso Governador Mário Covas que inicia inclusive hoje o trabalho de remoção daqueles presos, e de fundamental importância.

Então, precisamos reconhecer o trabalho e esforço do nosso Governador Mário Covas no sentido de que iniciou e possibilitou esse debate que, sem dúvida nenhuma, irá revolucionar a zona norte, especialmente numa área extremamente carente. Há uma discussão que o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 62 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R-4	4	Vera	C. Pol. Urb.	19.8.98		

Nelo Rodolfo dispõe que mostra que, numa pesquisa levantada pela Rede Globo, 45% das pessoas desejam que, naquele local onde hoje se encontra o Carandiru, seja construído um grande parque municipal.

O SR. _____ - Só queria ressaltar, Sr. Presidente, foi perguntado se os vereadores estariam pensando em transformar o presídio num parque municipal com área verde. 45% das pessoas aplaudiram os vereadores classificando a idéia de boa e 23% da população achou a idéia dos Srs. Vereadores ótima, totalizando 23% de excelente, ótima 45% de idéia boa e 22% de idéia regular. Somando 22 com 23 mais 45, a idéia passa de regular a ótima no total de 90% dos 100% do universo pesquisado.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Agradeço a manifestação e, antes de finalizar, gostaria de passar a palavra à assessora da Vereadora Ana Martins, a Rosana.

A SRA. ROSANA - Bom dia a todos. Eu também sou assessora da Associação das Federações Comunitárias do Estado de São Paulo e também participo do Fórum da Cidadania por São Paulo que está debatendo o pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º 63 de proc.
N.º 583 de 1996
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
R-4	5	Vera	O. Pol. Urb.	19.8.98		

jeto do plano diretor.

A princípio, queria até parabenizar essa proposta da transformação do Carandiru num parque da Cidade, mas queria ponderar...

Acho importante criar novas áreas públicas, parques nesse momento em que estamos vivendo de tanta carência de espaços públicos, de áreas de lazer e equipamentos culturais que poderiam contribuir muito para diminuir a violência na Cidade e uma série de questões na área social.

Agora, ~~queria ponderar que, como a área é~~

~~uma área pública, não se pode fazer um parque ali~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 64 do proc.
N. 583 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AZEVEDO
R5	1	Marcelo	Com. Pol. Urb.	19.08.98		

Eu queria ponderar que como a área do Carandiru é uma área extremamente grande e tem mais de 500 mil metros quadrados, enfim, é uma região que está mudando seu perfil, é extremamente valorizada, por tudo isso, eu queria que se pensasse na ampliação da ~~para~~ proposta, não só do parque, mas incluindo outro tipo de equipamento, mas que fosse realizado um concurso público de idéias junto ao IAB de São Paulo, que pudesse debater e, com certeza, teria a contribuição de vários urbanistas e arquitetos que pudessem estar colaborando para aprimorar a proposta.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Gostaria de agradecer a manifestação, mas é só complementando a posição da Rosana, já havíamos aqui discutido inclusive uma proposta da Vereadora Aldaíza Sposati, ~~que~~ e também aprovada pelo Presidnete Nelo Rodolfo e pelos demais, inclusive o Malcom se manifestou a respeito, que realmente seria de fundamental importância, mesmo porque tem aquela área que ~~foi~~ projetada e construída por Ramos de Azevedo e está em processo de tombamento ^{para ser} ~~que seria~~ preservada.

Agora o que se discute é exatamente o que se fazer dessa área. A idéia surgiu no sentido de criarmos um grande concurso para vermos a necessidade e qual efetivamente o anseio daquela ~~para~~ população, se seria uma área de cultura, destinada à saúde ^{etc.} enfim, eu acho que esse



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n. 65 do proc.
N. 583 de 19 96
ORADOR CIUTIMATO CONSPARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
R5	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	19.08.98		

equipamento seria discutido através de um grande concurso público, que, sem dúvida nenhuma, poderíamos iniciar até amanhã, não é Presidente?, com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Nesse sentido acho que já foi acolhida essa posição, mas agradeço e desde já a posição e ~~xxxxxx~~ esperamos, inclusive, que a Vereadora Ana Martins possa, junto com toda a Câmara Municipal, aprovar o mais rápido possível esse projeto.

Ao finalizar, gostaria de agradecer a presença de todos vocês nessa reunião que considero uma reunião ~~xxxxxx~~ histórica, que, sem dúvida nenhuma, a partir de hoje, a região norte terá todo seu perfil remodelado e reurbanizado.

Obrigado a todos. Está encerrada a reunião. (Palmas).

AO NOBRE-VEREADOR ALDAÍZA SPASATI

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana

• Meio Ambiente.

02 / 09 / 98

PRESIDENTE

SEGUE m, juntado 1, nesta data
documento 1 e papel de informação
rubricado 1 sob folhas n.º 1 66 a 123
Em 04 / 10 / 99



**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E
MEIO AMBIENTE**

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

MEMBROS: AURÉLIO NOMURA - Presidente
ALDAIZA SPOSATI
GOULART
TONINHO PAIVA
ANA MARTINS
BRUNO FEDER
MYRYAM ATHIE

REUNIÃO S/PROJETO CARANDIRU REALIZADA NA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 30 DE SETEMBRO DE 1999.

SOLICITANTE: VEREADOR AURÉLIO NOMURA

(MEMO. Nº 197/99)

SECRETÁRIA : MARIA TEREZA DA SILVA BERTI



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DE-10

Folha nº 67 do

Processo

583/96

Reg. 10651

da Silva Bert

ms.

ROD.:C1,2 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

O SR. AURÉLIO NOMURA (PDSB) - Bom dia a todos, desculpem pelo atraso, mas estávamos aguardando a Vereadora Aldaíza Sposati, relatora do projeto do Vereador Nelo Rodolfo, PL 580/96, que altera as normas de uso e ocupação do solo na área situada no distrito de São Paulo. Seria a área do Carandiru. Ele tem como justificativa a modificação da proposta, a transformação da zona de uso de Z8003 para zona de uso Z16. Como justificativa ele afirma que com a implosão do Complexo Penitenciário do Carandiru é um fato consumado trata-se de aproveitar esse imenso parque para se transformar em um parque público que pela sua magnitude beneficiaria a maioria da população de São Paulo. A posição da comissão de Constituição e Justiça é pela legalidade. Esse projeto já está na terceira audiência pública. Foi realizada a primeira audiência pública em 30 de outubro de 1997 e, posteriormente, em 10 de agosto de 1998.

Encontram-se presentes os arquitetos Roberto Afalo Filho, Paulo bastos e Mário Bizelli. Também está presente o Dr. Rubens Anauati, que hoje está representando a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e a Dra. Leila Maria Dias, representando também Sempla.

Peço para a Luciana fazer a exposição do projeto de lei do Vereador Nelo Rodolfo, atual deputado federal. Mas, antes de iniciar, a idéia dessa discussão é tendo em vista o concurso apresentado pelo Governo do Estado e as dificuldades encontradas com relação a desativação do Complexo do Carandiru é verificar se esse projeto de lei tem condições, se existe a possibilidade de ser aproveitado. Se houver um consenso que esse projeto necessitaria de uma reformulação, e ela não alcançaria os objetivos, a idéia da Comissão, e acredito que

2



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 68	do
Processo 583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg 10651	

ROD.:C1,2 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

da Vereadora Aldaíza Sposati, seria encaminhar o projeto pela não possibilidade de se apreciar e por quanto pedindo para que seja dada uma posição contrária a manifestação e a solicitação do projeto de lei.

A SRA. LUCIANA - Bom dia. Sou assessora da Vereadora Aldaíza Sposati. Quero acrescentar que apresentado o projeto, o mesmo Vereador Nelo Rodolfo apresentou um substitutivo com a alteração do zoneamento. Ele elaborou o projeto de lei mudando o zoneamento de Z8 para Z16 e no substitutivo ele continuaria como Z8,mas agregaria outros usos, os usos C1.2, que seria comércio eventual, bares, lotérica, livraria; S2.6, serviço de diversões, esses dois usos com coeficiente de aproveitamento de 0,02 e os usos E1.2, lazer e cultura, teatro, biblioteca, piscina; E1.3, saúde, que seria ambulatório, posto de saúde e E2.2,lazer e cultura, circo, discoteca e etc. Esses três usos que mencionei teriam coeficiente de aproveitamento de 0,2. Discute-se nessa nova audiência pública se são pertinentes esses usos, se valeria a pena continuar com Z8, se valeria a pena mudar para outro tipo de zona. Então, acho que os arquitetos presentes poderiam contribuir nesse sentido.

O uso que ele coloca C1.2 que é comércio eventual, bar, lanchonete, lotérica, livraria; S2.6, serviços de diversões, boliche, teatro, etc. Esses dois usos com coeficiente de aproveitamento 0,02 os usos E1.2, lazer e cultura, anfiteatro, biblioteca, etc. E1.3, saúde, ambulatório e etc. E2.2, lazer e cultura, aquário, circo, discoteca, etc.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 69 do
Processo 583/90
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651

ROD.:C1,2 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

Ele coloca que a mudança de uso estaria justificando a venda dessas áreas para contribuir de alguma forma para a sustentabilidade dessa área.

- Aparte fora do microfone.

A SRA. LUCIANA - Z8003 é uso especial para penitenciária.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - Gostaria de chamar o }Dr. Rubens Anauati, representante da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária para dizer algumas palavras e prestar alguns esclarecimentos. Inclusive, acho que seria interessante apontar a dificuldade do Governo do Estado com relação a desativação do Carandiru e também a respeito do concurso que foi realizado no ano passado quando tivemos como vencedor o arquiteto Roberto Afalo Filho.

O SR. RUBENS ANUATI - Bom dia a todos. A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária vem manifestando uma preocupação importante com relação ao Carandiru desde 83, quando se começou a discutir o assunto. Agora, no Governo Mário Covas, na administração do Dr. Benedito de Azevedo Marques, a quem represento surgiram algumas oportunidades por iniciativa do próprio Instituto de Arquitetos do Brasil de promover uma consulta popular mais ampla no sentido de iniciar uma discussão a respeito do futuro dessa área, uma área de 427 mil metros quadrados na malha urbana de São Paulo. Surgiu na ocasião uma ligação estreita entre o Instituto de Arquitetos e a Secretaria. Foram estabelecidos alguns parâmetros, nenhum deles com uma rigidez

4



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº

70

do

Processo 583/96
Marta Tereza da Silva Bert
Req 10651 mts.

ROD.:CI,2 FOLHA:4

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

tão absoluta que não possa ser discutível a partir de agora, até porque o que está se fazendo, na verdade, é uma consulta a respeito do melhor destino e das vocações verdadeiras na área. O Instituto de Arquitetos promoveu concurso, surgiram várias propostas, a do Roberto Afala foi pelo júri. Algumas das coisas que foram estabelecidas no edital tinha o objetivo de preservar alguns edifícios que têm alguma característica histórica e que são objeto de estudo do patrimônio histórico e determinar alguma possibilidade de uso quando se falou em instalar ali um grande centro de qualificação profissional. Essa preocupação com o futuro da área permanece. Estamos participando desta primeira reunião, é a primeira que estou participando, e acompanhei no passado algumas gestões relativas a mudança da Lei do Zoneamento com as assessorias técnicas dos partidos, foram levantadas várias possibilidades, todas as discussões tinham como preocupação não dar margem a qualquer forma de especulação imobiliária que por ventura pudesse acontecer na área do Carandiru. Isso fez com que prevalecesse desde o início a idéia de que lá deveria se instalar um parque e que obviamente esse parque poderia ser dotado de equipamentos que viriam completar uma estrutura, parte de ensino, parte de lazer, parte voltada para os aspectos culturais da população.

Isso é tudo o que temos por enquanto. Então, as contribuições que estão chegando, os projetos que chegaram, certamente trarão luz ao problema e vamos caminhar mais um pouco na escolha desse destino da área.

- Aparte fora do microfone.

✓



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 71 do
Proc. 583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651

ROD.:C1,2 FOLHA:5

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

O SR. RUBENS ANAUATI - Participei do júri e o Instituto de Arquitetos desde o início participou também das discussões junto à Secretaria e a preocupação era transmitir aos participantes do concurso esses verdadeiros que a população vem manifestando através tanto de audiências públicas como de reuniões que aconteceram em vários locais de São Paulo procurando trazer à tona as maiores preocupações dos segmentos da sociedade com relação àquilo. O Instituto de Arquitetos soube coletar essas preocupações, discuti-las junto com a Secretaria e temos convicção como membros do júri que o concurso foi excelente, a procura pelo concurso foi muito grande e as propostas foram de alto nível. Então, eu diria que hoje tanto o Governo de Estado como a sociedade em geral dispõe de um acervo grande de idéias que vão conduzir a uma utilização adequada da área. Obviamente, deveremos ajustar esse conjunto de idéias e verificar o quanto elas podem ser, qual é o grau de flexibilidade dessas propostas, até porque algumas das recomendações vão sair mesmo dessas reuniões que estamos fazendo, com certeza.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - Alguém gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Antes de dar a palavra ao arquiteto Roberto Afalo Filho, gostaria de pedir desculpas, pois tenho que me ausentar. Assumirá a presidência, até na qualidade de relatora do projeto, a Vereadora Aldaíza Sposati.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Agradeço o Vereador Aurélio Nomura,

(talvez...Vianna)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 72	do
Pro. 583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
BTJ100651	

ROD.: C3,4 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Pol. Urbana Projeto Carandiru

ORADOR:

DATA: 30.09.1999

Talvez pudéssemos sentar todos os arquitetos, ou uma a um. Não sei como é que nós fazemos isso aqui. Podiam sentar os três e a gente conversar, o Roberto Aflo, o Paulo Bastos, Manubizeli. Vamos sentar aqui e a gente já pode ir conversando. É uma mesa semi-redonda.

Retomando a discussão, eu gostaria de relembrar a todos os presentes que quando foi apresentado o projeto de lei do Vereador Nelo Rodolfo, havia outros projetos de lei, um de autoria do Vereador Maurício Faria e um de autoria do Vereador Faria Lima, e ambos retiraram e permaneceu na Casa somente o projeto do Vereador Nelo Rodolfo.

Nas audiências realizadas ficou patente que o projeto inicial era extremamente genérico e não afiançava a direção preservacionista desejada para o complexo. Claro que depois foi sendo mais analisado o que seria efetivamente a preservação do complexo. Na segunda audiência realizada, também, moradores do bairro até vieram uniformizados. Foi uma manifestação forte, reivindicando que, uma vez que a região toda, a zona Norte, a região específica ali, por anos seguidos tinha servido à Cidade como um todo, através da manutenção do complexo penitenciário, tendo, vamos dizer assim, vivido um custo social, a região entendia que gostaria de ter, neste momento, uma contrapartida de defesa e qualificação da região. Esse era um sentido forte, até indicando da anexação da mudança, da reforma, da proposta de reurbanização do local articulada até numa idéia de plano diretor de bairro. Eu estou só retomando isso que foi desenhado na última discussão, para verificarmos.

Claro que estamos vivendo uma situação em que o concurso foi realizado pelo Governo do Estado, todavia o acordo, do ponto de vista



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha nº 73 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651 mss.

ROD.: C3,4 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Pol. Urbana Projeto Carandiru

ORADOR:

DATA: 30.09.1999

legal de uso e ocupação do solo, nós temos que definir aqui em termos do município. Acho que vamos ter que chegar a um substitutivo que proporcione as condições de uso e ocupação para a melhor solução que a gente der. Só direcionando - eu estou talvez na minha responsabilidade de relatora -, dizer um pouco dessa necessidade de orientar a relatoria.

Arquiteto Roberto, a palavra é sua, antecipadamente agradecendo.

O SR. ROBERTO - Obrigado. Bom dia. Confesso que não estava preparado para fazer uma apresentação do projeto. No entanto, alguns aspectos a gente pode discutir, que seriam bastante interessante. Talvez eu possa fazer um breve relato do histórico da nossa participação no processo e uma pincelada do que seria a nossa proposta de utilização da área.

Quando nós fomos participar do concurso, tivemos sempre em mente, desde o início, a idéia de fazer um projeto que pudesse ser construído. Tradicionalmente o nosso escritório lida com grandes obras, com grandes projetos, e nós temos uma visão bastante pragmática da seqüência dos empreendimentos e como é que eles deveriam ser organizados. Esse nada mais é do que um grande empreendimento, de caráter principalmente público, e esse enfoque sempre foi uma preocupação muito grande nossa.

Somando-se a isso, a leitura do edital de concorrência. O edital de concorrência, como disse o Rubens, foi muito claro em manter os usos institucionais que são atualmente permitidos na área. Inclusive são permitidos coeficientes altíssimos de ocupação, de aproveitamento: índice 2, que permitiria eventualmente 900 mil metros



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 74

do

583/96

Marla Tereza da Silva Bert

F40. 10651

ms.

ROD.: C3,4 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Pol. Urbana Projeto Carandiru

ORADOR:

DATA: 30.09.1999

quadrados de área construída, mas basicamente são usos institucionais.

E o aspecto bastante significativo da questão. Inclusive há uma frase bem colocada, que sempre foi uma área de exclusão do indivíduo da sociedade, e que seria uma área de reinserção do indivíduo na sociedade. Então, esses pontos são muito fortes no início da proposta e nos baseamos muito nisso.

Dentro dessa proposta de requalificação profissional, treinamento, cultura e lazer, a nossa primeira impressão do assunto é que teríamos que vincular a esse projeto, desde o início, entidades que tivessem credibilidade nessa área e que fossem bastante desenvolvidas no setor. Identificamos então o Sesc, Senac, Senai, os primos todos dos esses, como entidades que vêm desenvolvendo trabalhos extremamente significativos nessa área e que poderiam colaborar e participar do projeto.

Na época do concurso, nós já fizemos contato direto com essas entidades e fomos muito bem recebidos no Senac, no Senai, no Sesc, que participaram de forma indireta da nossa proposta, produzindo programas a ser implantados caso o projeto viesse a ser desenvolvido. É muito importante lembrar que essas entidades não só fazem a gerência das atividades a que se propõem, mas, a partir de um edifício existente, elas reformam, equipam e dão continuidade. Essa foi uma tônica muito importante e, partir das discussões com essas entidades, desenvolvemos vários programas que fazem parte do nosso projeto.

Aliando isso aos requisitos do edital, a nossa proposta então culminou com o que seriam dois pólos de edificação: um representado pela Casa de Detenção, alguns edifícios da Casa de Detenção, sendo demolidos os pavilhões 8 e 9, e um outro pólo que seria o da



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha nº 75 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10851

ROD.: C3,4 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Pol. Urbana Projeto Carandiru

ORADOR:

DATA: 30.09.1999

Penitenciária do Estado, com alguns elementos agregados ali. Fizemos um levantamento preliminar e existem por volta de 50 a 60 edifícios hoje no terreno, entre casas, estruturas não terminadas etc. Na nossa proposta, nós preservaríamos somente 16 dessas estruturas, obviamente as mais significativas e que caracterizam esses dois pólos.

Portanto, no pólo da Casa de Detenção, nós traríamos todos os usos ligados a essas entidades de requalificação profissional, de treinamento, de cultura e de lazer. Nossa proposta arquitetônica prevê a manutenção dos principais pavilhões, menos o 8 e o 9, a inserção de um outro pavilhão com tipologia diferenciada, que é um auditório, para complementar essas atividades. A proposta arquitetônica parte do princípio de que esses edifícios são um suporte arquitetônico, no qual nós vamos retirar, subtrair, agregar, ligar e criar esse grande centro, que será então operado por uma espécie de consórcio das entidades citadas - Sesc Senac, Senai -, cada uma no seu plano individual, cada um tem um cronograma, um roteiro de atividades, um plano de investimentos, e isso tem sido continuamente conversado com eles.

No outro pólo de construção, nossa proposta prevê o fechamento dos pátios entre os edifícios existentes da Penitenciária do Estado, que são grandes edifícios alongados. Essas coberturas, que seriam elementos independentes dos edifícios, permitem a criação de um grande plano de utilização num único nível. Esse grande plano teria talvez a proposta de múltiplos usos, ligados a exposições, áreas esportivas, enfim, é um uso que permite que o espaço seja utilizado de várias maneiras. Ainda nesse segundo pólo, o edifício da administração seria mantido como a parte de acesso ao conjunto, a parte de administração,



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 76

do

Paulo 583/96

Maria Tereza da Silva Bert

Reg. 10051 *MS.*

ROD.: C3,4 FOLHA:5

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Pol. Urbana Projeto Carandiru

ORADOR:

DATA: 30.09.1999

restaurantes, bilheterias, e o edifício da CADEPEN, que hoje já abriga um pequeno museu do Carandiru, que seria então o centro administrativo do conjunto todo. A administração do grande conjunto estaria localizada ali, e o museu do Carandiru.

Nossa visão em relação à memória da atividade atual, que estaria se findando, tem a seguinte postura: nossa proposta pretende que esses anos todos de Carandiru não sejam esquecidos, então seria um museu extremamente bem documentado, com várias mídias, onde você pode ter acesso a todas as informações necessárias. Mas a nossa proposta, de maneira geral, não pretende relembrar essa questão o tempo todo. Estamos mudando uso, voltando isso para uma nova situação e tocando esse assunto daqui para a frente.

Vocês gostariam de chegar um pouco mais para a frente? Eu tenho algumas imagens aqui que podem ilustrar o que seria isso. Eu não queria entrar muito em detalhes. O restante da área que estamos citando, isso aqui seria... essas são algumas fotos do existente. Esse é o complexo da Casa de Detenção e lá ao fundo podemos ver o complexo da Penitenciária do Estado. Esses edifícios são alongados. Aqui existe um valor histórico mais significativo... (C5)



ROD.:C5	FOLHA:1	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Política Urbana
ORADOR:			DATA:30.09

...aqui existe um valor histórico mais significativo. E aqui temos uma vegetação bastante densa que já existe no terreno hoje. Essa porção corresponde a uma mata natural, primária. Esse outro complexo aqui tem árvores muito bonitas, sibipirunas e paus-ferros que encobrem um grande estacionamento. Localizam-se no meio do terreno.

Aqui podemos ver alguns edifícios que fazem parte do que seria a ampliação da casa de detenção que foram abandonados sem serem concluídos. Os muros foram construídos, essa demolição é complicada.

A nossa proposta estaria preservando esses 16 edifícios, os mais escuros no painel, e o restante dos edifícios, os em amarelo, estariam sendo demolidos. O restante da área seria transformado em um grande parque que irá fazer a ligação de todo o conjunto.

Ilustrando o que explicamos, esses são os dois pólos de edificações. Aqui temos o que seria a casa de detenção onde os quatro principais pavilhões são mantidos e estamos propondo este tratamento arquitetônico que agregaria elementos ou subtrairia elementos dos edifícios de forma a dar-lhes esta utilização.

O paisagismo tem um tratamento um pouco mais ortogonal a partir da existência desse edifício, bastante dominador, depois passa a ser um pouco mais orgânico no restante do parque.

Existe um divisor de águas muito claro, a existência do córrego.

- Comentários fora do microfone.

O SR. - Estamos propondo um eixo principal de circulação de pedestres e um sistema secundário de circulação, uma hierarquia de caminhos, etc.



ROD.:C5

FOLHA:2

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09

Aqui podemos ver, esse seria o edifício da administração de que falamos e aqui seria o edifício da Acadeten(?) que seria um museu e administração do conjunto.

- Comentário fora do microfone.

O SR.

- Todos os amarelos que existem aqui.

Questão de acessibilidade. Consideramos que a presença do metrô é extremamente importante neste conjunto e terá, portanto, um impacto na questão dos estacionamentos. Em uma proposta preliminar de estacionamento, deixamos claro, é um plano diretor, uma linha mestra que precisa ser ajustada e organizada em função do tempo, localiza três áreas principais. Uma área maior, localizada junto ao que chamamos centro de exposições, onde o seria a penitenciária do Estado, aqui estamos falando em aproximadamente mil automóveis; uma segunda área de 650 automóveis ao longo da periferia do terreno com lotes lindeiros, são fundos de lotes, estamos fazendo uma interface entre a zona privada e a zona de parque, são seiscentas e poucas vagas e mais trezentas e poucas vagas junto a esse outro complexo. Daria um total de dois mil vagas.

Entendemos que em dia de pico nenhum número seria suficiente para atender à demanda e um número equivalente a esse seria suficiente para o funcionamento normal do parque.

Isso é discutível, temos algumas sugestões de eventualmente transformarmos isso aqui em uma garagem elevada, ou em subsolos, mas esse ponto para uma segunda discussão. Sempre um pátio de estacionamento arborizado. Como já temos este aqui funcionando assim não deixa de ser uma solução mais agradável. Ela complementa o grande intuito do parque.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT

Folha nº

79

do

Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Rég. 10851

ROD.:C5

FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09

- Essa é uma comparação com o Ibirapuera, seria 1/3 do Ibirapuera que se não me engano tem 1 milhão e duzentos. Ele foi muito seccionado, tem o Obelisco, etc, se agregarmos todas as áreas pode aumentar.

- Comentário fora do microfone.

O SR.

- Temos aqui vários pavilhões. Eles foram nomeados de acordo com o programa básico de cada um dos pavilhões e esse foi o programa básico que foi desenvolvidos em parceria com eles. Irei falar por alto porque não consigo ler. Pavilhão da cultura, da criança, Museu da criança, Centro Cultural da Criança, enfim, temos um programa bastante desenvolvido. Pavilhão das profissões, Pavilhão das Nações. Aqui podemos ter uma idéia de como o tratamento seria dado a esses edifícios. Por exemplo, esses edifícios possuem grandes acros centrais. Poderíamos cobri-los, abrir os ambientes para dentro, transformar isso em um grande espaço central do edifício, em uma área de reunião ou arenas. E estaríamos ligando os vários edifícios com uma passarela com elementos cobertos, criando esse grande centro.

Aqui uma grande praça abre para a Avenida Cruzeiro do Sul (Segue Paula)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 80

do

Processo 183/96
Mário Teófilo da Silva Bert
Reg. 10051

ROD.:C6

FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

...ganhando então esse grande centro. Aqui uma grande praça abre para a Avenida Cruzeiro do Sul e para o acesso ao metrô.

Não quero me alongar muito no projeto, quero apenas dar essa pincelada. Passando aqui para o que seria a área da penitenciária do Estado. A nossa proposta é a seguinte: podemos ver nesse desenho três edifícios principais que são alongados, que hoje são os edifícios de celas. Então, estamos propondo uma cobertura independente na área dos pátios desses edifícios. Aqui são esses três edifícios. Isso nos permite a criação de um térreo de ponta a ponta desse grande complexo de aproximadamente 17 mil metros quadrados. Isso é uma área significativa de exposições. Isso atrai interesse da iniciativa privada em gerir também esse espaço, eventualmente investir e gerir esse espaço a partir de concessões do Estado para empresas e etc. Todos esses usos que estamos falando são plenamente compatíveis com a legislação vigente do setor.

O SR. _____ - Uma pergunta: esse centro de formação e reabilitação esportiva é para alto nível ou é para a população.

O SR. ROBERTO AFALLA - Não. O nosso enfoque está muito claro aqui. Se eu conseguir ler...a quem se destina, não é?...não estou achando.

- Aparte fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 81 do

Processo nº

Maria Tereza da Silva Bert

Reg. 10651

ROD.:C6

FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

O SR. ROBERTO AFALLA - Achei. "O programa de uso e atividades encontram-se nas da Z3", que já passamos, "...dispostos em planilhas"..."Esse plano visa atingir o seguinte público alvo: usuários privilegiados, programa e atividades permanentes subsidiadas, crianças carentes de 0 a 6 da região e filhos de funcionários em tempo integral, incluindo alimentação e saúde; crianças e jovens carentes de 6 a 18 anos da região em tempo parcial, incluindo alimentação e saúde subsidiado; adultos de baixa renda acima de 18 anos em tempo parcial; usuários temporários; programas de atividades temporárias pagas ou subsidiadas com bolsas; crianças, jovens, adultos e idosos que se inscrevam nos programas ou à disposição da comunidade; atividades ou eventos ocasionais; público atraído pelos eventos e pelas áreas verdes do parque". Quer dizer, esse é o enfoque básico do projeto.

Concluindo, estamos exemplificando o que temos aqui de múltiplo uso. Podemos ter auditórios, esses espaços permitem que organizemos esse grande pavilhão de diversas formas possíveis. Ele pode, inclusive, ser subdividido em áreas menores.

A SRA. _____ - O senhor acha que com a responsabilidade desse projeto poderia ser do Sesi, Secs, Senac?

O SR. ROBERTO AFALLA - Uma boa parte. O projeto é uma área muito grande da cidade e vamos ter a necessidade de vários setores trabalhando em conjunto. Não acredito que somente o Sesi e outro tenha condições de gerir o complexo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 82

do

P. 583/96
M. Maria Tereza da Silva Bert
DT 100851

ROD.:C6

FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Política Urbana

ORADOR:

DATA:30.09.99

A SRA. _____ - ...poderiam estar agregados.

O SR. ROBERTO AFALLA - Aparente o que entendemos é que todos os que foram citados especificamente quando fazendo parte de um uso predominante eles são permitidos. Então, não é necessário você ter efetivamente um uso específico quando o uso global já o permite como acessório. Isso acontece muito em shoppins. Nos shoppings centers você tem uma série de usos que são acessórios, o predominante é o shopping, mas faz parte. Então, ele é aprovado dentro desse complexo maior. Ao longo desse tempo que discutimos essa área uma certeza tem ficado muito clara para nós: o processo de planejar São Paulo é atípico de outras cidades. É uma cidade muito grande, com uma série de conflitos, uma qualidade de vida muito ruim comparado a outros centros urbanos. Entendemos que a proposta da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária em preservar o uso geral e institucional, transformar isso em uma grande área de cultura e de lazer, mas, principalmente, manter a integralidade do terreno é fundamental para o futuro da cidade.

(Qualquer uso ...Dalva)



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 83 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651 MTS

ROD.:C7a9 FOLHA:1

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

Qualquer uso, que venha a retalhar o terreno e abrir mão destas áreas, vai transformar parte desta área, na mesmíssima, que já conhecemos, de outros centros comerciais, não vai agregar nada, não vai resolver o problema da administração penitenciária, que é muito mais amplo, do que uma parcelazinha de terreno a ser cedida para a iniciativa privada, e nunca mais vamos recuperar uma área desse tipo. Quer dizer, se o poder público não têm condições de comprar, de implementar uma coisa existente, quanto mais voltar a comprar uma área dessa para criar um parque urbano na cidade. A escala dessa área, como um todo, é muito grande, muito abrangente, é metropolitana, não é só uma escala da comunidade, é uma escala que abrange a cidade toda, principalmente pela acessibilidade. E no nosso entender, a administração penitenciária foi muito acertiva na forma de colocar a questão. Rever a área como um grande um grande uso, que pode ser viabilizado economicamente através de parcerias com a iniciativa privada, mas tendo objetivos culturais e institucionais. Hoje em dia existe um grande mercado, uma grande demanda por essas atividades, haja visto o sucesso de todas essas entidades e da forma, da existência dessas entidades que nós temos hoje.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Agradeço ao Arquiteto Roberto, passo a palavra ao Arquiteto Paulo Bastos.

O SR. PAULO BASTOS - Agradeço o convite, e acho a questão da realização do concurso, depois desse debate que está sendo realizado aqui, é extremamente importante, porque é a primeira vez que se pode discutir, mudança de uso, em função de propostas de requalificação urbana, ou seja, não é algo proposto como geral, para toda a cidade, mas vem em função de uma demanda da população, de uma série de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 84 do
Projeto 583/96
Materia: Paula Silva Bert
Reg. 10651
DT-10

ROD.:C7a9 FOLHA:2

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

esforços, e depois vêm no sentido de consultar, uma série de profissionais, por meio do concurso, foram 58 projetos, uma série de idéias, e dessas idéias, pelo menos três foram selecionados pelo júri que teve que exercer um papel crítico. É uma forma de pensar a cidade muito diferente do que temos enfrentado normalmente.

O nosso entusiasmo em participar, --- sou um arquiteto que já participei de muitos concursos, fazia algum tempo que não participava - é que de repente poderia colocar em prática propostas concretas de tese e de conceitos, que temos defendido na questão na realidade da cidade. Não só do ponto de vista da cidade, no espaço físico, mas da cidade, enquanto espaço de vida urbana.

A idéia de trabalhar essa área do Carandiru, que têm uma série de problemas, uma marca negativa, de violência, de exclusão, uma referência urbana, importantíssima, física, mas também do ponto de vista negativo. É um desafio. Como tratar uma área dessa, não varrendo a memória para baixo do tapete, porque tem que esta incorporada. Como se trabalha com uma área desse tipo, mudando a imagem, primeiro lugar.

Em segundo lugar, acho que acertadamente, um dos tópicos do edital, quando colocava a questão da requalificação de trabalhadores e tal, ao nosso ver a colocação do edital, estreitar um pouco a requalificação assim para pedreiros, carpinteiros. Até citado lá, mas percebi a intenção de requalificar trabalhadores para esse processo que está aí, e muitos dos quais estavam reclusos. O processo de exclusão do trabalho e exclusão da vida, também estava colocado na própria história do presídio. Era uma grande quantidade de problemas interessantes de conflitos, de enfrentar, dando uma resposta concreta, aplicando teses - e u por exemplo, e a equipe toda que esteve presete



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 85 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10851

ROD.:C7a9 FOLHA:3

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

comigo aqui - já discutidas há muito tempo na cidade, em debates, planos diretor, etc... É hora de dizer; a gente pensa isso, propõe isso do ponto de vista dos espaços.

Foi o que entusiasmou a fazer o concurso, para dar um exemplo concreto do que pensamos. Sob esse aspecto temos algumas questões; primeiro, essa área tem inicialmente --- houve uma certa justa pressão da comunidade local da zona Norte, recebeu uma contrapartida dos anos de problemas que tiveram lá --- pelo seu porte, e pela sua importância, tem um caráter metropolitano, não só urbano da cidade. É uma área de grande porte, dificilmente se libera uma área desse tipo na cidade. Está com todo o tipo de transporte multi moldamente presente ali, têm as marginais, ônibus, metro, aeroporto, então ela têm um potencial de utilização metropolitana. É possível até vir do interior, diretamente para o Carandiru, para usufruir. Então tem uma dimensão metropolitana, e teria uma dimensão de caráter mais local, paroquial do entorno da comunidade que está colocada ali. Essa é a primeira questão.

A segunda é o seguinte; do ponto de vista do patrimônio urbano, em termos do que está lá colocado, podemos distinguir três níveis de incidência maior, do ponto de vista, qualidade do patrimônio. O primeiro é o presídio, aquele que fica no fundo --- eu trouxe algumas transparências que vou projetar aqui. Daqui há pouco eu falo isso, para podermos ver com mais clareza --- este foi projetado pelo Samuel das Neves, e depois foi reprojetoado pelo Ramos de Azevedo na década de 20. Tem uma conceituação arquitetônica --- inclusive começamos o projeto com uma frase do "Estadão" de 1924, dizendo que aquilo realmente era um local de reeducação, um pensionato, mas do que



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 86 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651 mds.

ROD.:C7a9 FOLHA:4

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

propriamente uma coisa repreensiva e tal. Ao longo da história a coisa foi desmentida --- a arquitetura expressa essa visão, porque ela têm janelas grandes, pátios enormes, é de alta qualificação o presídio. Esses blocos compridos do presídio, tem um vazio interno, uma iluminação zenital, são presídios de alta qualificação. Aí incide um problema importante de patrimônio cultural.

Os prédios da frente, da Detenção, têm outra característica. Foram feitos pelo Janio Quadros, em 60, com a característica nitidamente repressiva. São blocos retacos, quadrados, com pequenas janelas altas, a pessoa que está presa, não vê, ela tem que ficar pendurada na janela. São esses quadrados da frente. No fundo, o Pavilhão 8 e 9, que pelo edital, obrigatoriamente teria que ser demolido, foi nesses pavilhões que de o massacre dos 111. Esse patrimônio incide mais a questão da memória, do que propriamente o cultural. Achamos que a demolição do pavilhão 8 e 9, é um pouco varrer para baixo do tapete, o problema que ocorreu. De fato, era obrigado pelo edital a demolir. Todos cercados e sub divididos por muralhas, relativamente as quais, o edital dizia que deveriam ser demolidas só deixando alguns testemunhos. O presídio Ramos de Azevedo, têm três blocos laterais, com uma muralha cercando tudo. Um pátio, no final, enorme com uma área de 200 por 200 metros, com cinema no meio, que era dos presos e uma galeria que cruza tudo e vai pegar lá na frente a administração. Esse é o quadro do que ocorria lá.

Temos um terceiro ordem de patrimônio que o ambiental, constituído pelo Rio que atravessa a área, por uma porção de mata, que não é primária, é mata de recuperação, só que já está com cara de mata, porque têm sub bosques, ou seja, tem vegetação como mata, você



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 87 do
586/96
Maria Tereza da Silva Bert
DTA 10651

ROD.:C7a9 FOLHA:5

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

não consegue entrar nela. O resto da vegetação é antrópica, grande, alta, que você passa por baixo, seria o que se chama um arboreto, uma coisa que passa por baixo, não está fechado para passar. Imaginamos a questão da alto sustentabilidade dessa área, quer dizer, demolir tudo para fazer um parque, Estado não cuida hoje dos parques que têm, então não pode simplesmente demolir tudo e fazer um parque, se não tem como manter. Temos que pensar a questão da alto sustentabilidade. Privatiza, não privatiza, como é que trata a questão do espaço público e privado? Isso para nós era um desafio também, no sentido de ver que grau de articulação, de negociação, seria possível para ter um espaço público qualificado com um manutenção, de certa forma possível de ser feita, do ponto de vista privado. São Paulo é uma cidade 24 horas, todos sabem que está tercerizando, que exercerá cada vez mais o papel de serviços, e nessa cidade, da análise de uso que fizemos do ponto de vista, da necessidade urbana, e da rentabilidade, uma das demandas maiores de São Paulo, são os equipamentos para convenções. São Paulo, está se transformando na capital do Mercosul, uma cidade mundial, e as decisões de negócios, decisões políticas, todas estão, se dando em São Paulo. A lotação dos hotéis de São Paulo, é total o ano todo, bem maior que Nordeste, como imaginariamos. É uma constatação da necessidade de uso da cidade e de demanda urbana.

Outra questão é o problema da requalificação urbana que concordávamos, inclusive com a proposta, que a o falar em requalificação, quando falava em pedreiro, carpinteiro, mas que requalificação, se até os metalúrgicos hoje estão desempregados? Normalmente, da tal requalificação, o povão fica excluído. Estamos pensando no Nordeste, no cara que não tem nenhuma qualificação, segundo a vista, digamos, o olhar hoje, sobre ele, mas no entanto ele



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 88 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 100651

ROD.:C7a9 FOLHA:6

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

tem a qualificação da sua cultura original. Sabe fazer comida, artesanato, sabe de histórias da sua comunidade, ele faz festas em certos dias do ano, quer ele tem, todo um repertório cultural, que simplesmente é ignorado, é um cara inservível, a não ser utilizado, quando necessário para fazer um outro trabalho. Esse conjunto de problema, gostaria de levar o seguinte: se São Paulo de fato, vai estar demandando áreas na área de serviços, em particular na área de turismo, e turismo de negócios, poderíamos associar a idéia da requalificação a uma requalificação ao conjunto da população para o turismo. Isso quer dizer, que desde agentes de turismo, mestre, gaçon, todos esse processos que são de caráter popular, e que poderiam ser organizados de uma forma mais institucionalizada, aí sim, em um processo de requalificação, para o terciário. Fora, poder fazer requalificação de pedreiro, carpinteiro e tal. Mas estamos voltados para o futuro da cidade, do papel, e um futuro inclusivo de uma população hoje excluída, dada como inútil, do ponto de vista da sua capacitação. Do ponto de vista da cultura urbana, você ganhar o aporte dessas populações. Ai, com essas idéias na cabeça, são várias complexas e intervenientes essas idéias, imaginamos o seguinte: o presídio no fundo, já é um hotel, na linguagem do presídio eles chamam de moradia, o potencial dele, enquanto arquitetura, é de estar sub dividido com corredores, elevadores, está tudo pronto. A idéia é fazer o seguinte. Do ponto de vista potencial, temos aqui os pavilhões capazes de abrigar perfeitamente um hotel. Fizemos a conta, dá 550 quartos, o que dá uma população de 1100 hóspedes, do ponto de vista da rentabilidade, dá em cima. Temos todas as condições de ter tudo montado aqui nesse conjunto. Se formos olhar o tal do pátio, 200 por 200, ele poderia responder a uma outra necessidade. Não temos áreas



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 89 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Berti
Reg. 10051 mjs.

ROD.:C7a9 FOLHA:7

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA: 30-09

públicas de grande porte, para grandes eventos, espetáculos. Temos a Praça da Paz no Ibirapuera e não há outro lugar alternativo a não ser estádios. Esse pátio têm quatro quarterões. Imaginamos demolir o cinema, tem um palco e uma cobertura que daria para abrigar de 30 a 40 mil pessoas, num evento, assim como exposições de grande porte, que ficaria associado a um espaço de convenções nessa ala que está aqui, ficando com um complexo com convenções, espetáculos e um hotel de convenções aqui que é o binômio, que dá rentabilidade. Se tiver um espaço de convenção sem hotel, não teria muito sentido. E hotel desligado de convenções não tem o mesmo apelo. Isso garante que fique o tempo todo ocupado com um alto grau de rentabilidade.

Estaria se definindo, porque estaria mantendo as muralhas em volta, só que estamos vazando essas muralhas, de forma que fique permeável, mas do ponto de vista urbano, a referência fica presente. Não só os pavilhões Ramos de Azevedo, porque os pátios são abertos, eventualmente pode se cobrir parte deles. Esses pátios são muito bonitos, podem fazer um trabalho de jardinagem, dando uma característica agradável para o ex- presídio. Tem a recepção e a administração aqui de todo complexo do centro de convenções do hotel, está configurado no retângulo que a muralha estabelece. Com acessos pela rua, por dentro do parque, e por todos os lados e na muralha através dos vazamentos que vou mostrar. Isso configuraria uma unidade de programa muito claro, e esse hotel, na verdade seria parte do outro contexto.

Imaginamos...denise



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 90 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Porti
DT-10.351

ROD.:C10-11-12FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

....em outro contexto, porque imaginamos que esse hotel seria um hotel escola, ou seja, requalificação do pessoal de turismo para esse uso futuro. No papel hotelaria, estaria sendo feito como oficina do processo de hotelaria.

Quanto à outra parte na frente da Casa de Detenção, a nossa proposta é demolir esse pavilhão que estava no meio, de forma a configurar uma grande praça. O local onde era o pavilhão 8 e 9, obrigatoriamente pelo edital seria demolido, reconstruiríamos um prédio sobre pilotis, vazado por baixo, que abrigaria salas, equipamentos, auditório, essa parte de reeducação e requalificação formal. A solução para esses dois pavilhões aqui seria revista para que tivessem as oficinas de requalificação popular, com os pátios embaixo, utilizando toda a praça. Por exemplo, o pessoal de culinária iria trabalhar em oficinas e seriam servidas as culinárias típicas nos restaurantes aqui embaixo.

Esse primeiro pavilhão seria o de referências sobre São Paulo, ainda do aspecto turístico. Então, tem-se informações sobre a cidade, a sua história, suas leis, os seus pontos turísticos. Tudo isso estaria nesse pavilhão, incluindo o museu do sistema prisional, não somente o Carandiru, mas como evoluiu a questão prisional no Brasil.

E esse pavilhão é memorial. Na verdade, propõe-se a demolição de todo o interior e ficam as paredes externas, com um imenso espelho d'água, um ambiente de silêncio. Foi tudo demolido, restando somente as janelas, dentro um espelho d'água com esculturas. Nós imaginamos que artistas poderiam expor suas obras. Temos nosso Siron Franco e outros que poderiam pintar elementos alusivos ao drama que se desenvolveu ali, para registrar essa memória, como dizemos no nosso

25



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 91

do

Processo 583/96
Materia Vereda da Silva Flori
DT 103. 10651

ROD.:C10-11-12FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

memorial, negando positivamente o passado. Negando a repressão, mas apontando para um futuro positivo, sem apagar da memória da cidade o papel que essa coisa teve.

Aqui tem um ranking de Palmeiras Imperiais para definir essa grande praça. A escala disso é muito bonita, vamos ver pelas perspectivas. Essa é a parte mais urbana, as atividades estudantis, das oficinas, junto ao metrô. E no miolo, teríamos o parque com algumas características. A mata que hoje é terciária, ela reverteu, voltou quase a ser Mata Atlântica. Seria complementada no fundo com mata mesmo, não pode entrar com sub-bosque. Mas ao fazer isso, todo o ecossistema se reconstitui em termos de mata, com passarinhos e coisas desse tipo, preguiças, macacos, enquanto Mata Atlântica.

Em volta do lago que criamos, estaríamos fazendo sub-bosques, com gramados, relvados e tal, pode-se passear no local. A característica é mais de lazer contemplativo. A presença do lago é fundamental enquanto conceito de parque, porque a pessoa sai da cidade e entra em um parque, onde se tem a presença de massa fechada de vegetação, a presença da água. Tem-se realmente a saída da cidade, é o que se requer de um parque urbano do ponto de vista conceitual. Discutimos muito essa questão do parque com o pessoal que administra os parques da Prefeitura. Tinha a idéia de colocar mais quadras, mas na verdade, colocamos algumas quadras poliesportivas com uma estrutura de suporte atrás, de fiscalização, devido à experiência dos parques de São Paulo, quando as quadras são apropriadas por gangues que depois cobram. Torna-se um problema seríssimo e deve-se ter uma fiscalização direta para impedir que isso aconteça. Por isso, elas estão



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 921 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Rég. 100651 7188

ROD.:C10-11-12FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

circunscritas a esse espaço. Na verdade, tem-se um grande espaço do parque que é contemplativo em relação a isso.

Então, o patrimônio ambiental fica preservado e enriquecido dessa forma. O patrimônio cultural do presídio fica preservado dessa forma, porque, na verdade, só operamos internamente. Restauramos esses prédios e a intervenção maior é nessa forma que vou mostrar daqui a pouco, do ponto de vista da intervenção. É um pouco do menos é mais, no sentido do que estamos fazendo. Haverá a demolição de tudo que não está aí, para podermos limpar todo o espaço.

O problema do impacto ambiental e viário é muito grande. Tem um impacto normal que se consegue absorver do parque, mas quando tivermos grandes concentrações de espetáculos, teremos um impacto maior. Mas mesmo no acesso normal do parque, temos um estudo viário de dimensionamento de fluxo e tudo mais, que nos levou a propor o seguinte: quando o estacionamento é caro, começa a tomar todas as áreas servíveis. Então, fizemos o seguinte: para a operação normal, no fundo, na Avenida Zaki Narchi, temos dois estacionamentos que são arborizados, com piso permeável, de forma que caibam mil carros. É um estacionamento que pode ser utilizado pelas crianças quando não houver carros, porque é arborizado. O presídio, para ser construído, foi alteado, essa é uma zona alagadiça, de charco, aterraram oito metros. Então, é só desaterrar que teremos uma garagem subterrânea.

- Fala fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº

43

do

Processo 583/96

Maria Tereza da Silva Berti

Reg. 10651

ms.

ROD.:C10-11-12FOLHA:4

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

O SR. - Então, naturalmente, pegando esse pátio aqui e desaterrando, dá para fazer dois subsolos sem atingir o nível d'água e estacionar aproximadamente 4 mil automóveis, com saídas que dimensionamos perfeitamente adequadas, com entradas pela Rua Taliba Leonel e uma saída pela Zaki Narchi. Então, medimos quanto tempo leva para esgotar, esses 4 mil carros saem aproximadamente em meia hora, 40 minutos, esvazia-se tudo em hora de fluxo de saída. Com isso, temos uma grande capacidade de estacionamento e não temos mais nada a fazer para cima. Nos dias de final de semana, tem-se a opção de estacionar ao longo das vias. As caixas das avenidas também foram medidas. Foi o Ailton Braziliense que fez todo o dimensionamento, o estudo, é um especialista. Ele dimensionou e dá para absorver como um parque normal.

Tem mais uma coisa. Se olharmos a configuração disso, vemos que existe um enclave que dá uma certa "mordida" no parque. Faz uma certa falta para o parque, então, colocamos a hipótese de se estudar depois a incorporação disso ao parque ou alguma outra operação urbana que deveria envolver todo o entorno, para capitalizar para o parque a valorização do entorno, em função da revitalização. Então, teria de ser estudada uma alteração.

- Fala fora do microfone.

O SR. - O Cingapura é aqui. Então, seria uma operação urbana que permitisse ou obrigasse a construir um pouco mais, eventualmente, mas que devolvesse para a manutenção do parque a rentabilidade, o ganho. Seria uma operação que qualificasse de forma a

28



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº	94	do
Protocolo	83/96	
Assinatura	Maria Tereza da Silva Bert	
Reg.	10651	MS

ROD.:C10-11-12FOLHA:5

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

não haver uma verticalização de repente por causa da pressão imobiliária. Tem que se fazer um plano do entorno para deixar qualificado e preservado, sendo o ganho devidamente devolvido à população.

Dito isso, vou apresentar rapidamente alguns desenhos, para dar tempo.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Bom, isso é difícilimo porque você tem negociações a fazer, existem os empreendedores. Há uma gama de possibilidade de empreendedores entrarem do próprio Estado, dos organismos. Isso é uma negociação com o Estado.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Temos o problema da demolição. O que vai sair de entulho, se formos dimensionar será muito. É algo fantástico, dá para fazer uma usina de reciclagem do entulho para poder reaproveitar economicamente. Isso demora um certo tempo.

Agora, no nosso caso, a intervenção é relativamente pequena. Precisaremos de novas instalações elétricas e hidráulicas, outras necessidades por causa do hotel, por exemplo. Mas as intervenções são mais internas e podem ser feitas por parte. Pode-se ir mexendo nos pavilhões e começar a colocar parcialmente em uso e rentabilidade.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 95 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Rég. 10851 mss.

ROD.:C10-11-12FOLHA:6

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

Não falei do lago. Estudamos no sentido de interceptar o curso do rio, que é poluído. Todos os nossos rios hoje têm um volume de esgoto. Imaginamos que neste trecho, canalizamos mais um pedaço e nessa linha o grande lago o intercepta. Nesse ponto, introduziremos um movimento de agitação da água, evitando o problema da alga. Um lago fechado, se não tiver a agitação, começam a aparecer algas. Então, naturalmente, já promove a circulação.

Pensamos em um sistema de poços artesianos. Haveria a introdução, com uma certa frequência, da água do lençol freático profundo, mas de melhor qualidade no sentido de minimizar a poluição, enquanto não há o tratamento que a Sabesp se propõe a fazer do curso d'água. Quando fizer o tratamento, o rio vai virar um fiozinho de água, porque irá interceptar o grande volume. Então, os poços irão alimentar o lago e também funcionará como a zona de retenção de água, o piscinão. Esse lago irá mostrar como poderia ser a margem, utilizando elementos desse tipo.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Nós fizemos uma visita ao presídio e uma das coisas que verificamos é a questão do alagamento. O pessoal que cuida do presídio disse que não tem havido alagamento, somente coisas superficiais, poças. Não tem alagado o pátio e nem nada do tipo. Agora, são dados que não dispúnhamos.

- Fala fora do microfone.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 96	do
583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg. 10651	

ROD.:C10-11-12FOLHA:7

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

O SR. - Aquele pedaço lá. Essa condição está praticamente no mesmo nível.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Deixe-me fechar. Então, o lago teve todos esses cuidados. Irá ficar mais ou menos como o Ibirapuera, enquanto estiver meio poluído. Depois do tratamento da água, ficará um lago bom. Esse lago tem um capacidade natural de biodegradação, dos cursos e dos volumes d'água. O volume d'água irá contribuir também para esse processo de metabolização do lixo orgânico. Não de materiais pesados, mas do orgânico.

- Fala fora do microfone.

O SR. - Propomos um mirante no lago também, que é uma coisa que a Freguesia do Ó tinha. Era a vigilância do rio, vigiar o que acontece com o rio. Então, a praça da frente, onde vemos o memorial todo aberto, depois são os pavilhões, que são só volumes, as oficinas e o pavilhão das referências. Teremos os pátios internos aproveitáveis e o ranking de Palmeiras Imperiais formando essa grande praça. Esse mastro, essa lança cravada é um marco de visualização deste conjunto, especificamente. Lá, é a zona de qualificação.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº

97

do

Pavlo 583/96

Maria Tereza da Silva Bert

DR. 10651

ms

ROD.:C10-11-12FOLHA:8

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

Neste desenho, foram tiradas as paredes, pode-se olhar o lago.

As muralhas serão obrigadas a ser demolidas, mas reconstruímos de forma virtual. Serão peças de aço feitas por um escultor, virtualmente estaria presente o perímetro da muralha, ainda do ponto de vista urbano.

Esse desenho é para mostrar o que era. À esquerda, como era a planta original do presídio, com todas as celas. Depois, o que propomos para o térreo e para o pavimento. O que ocorre é o seguinte: estamos propondo a demolição de toda essa parte interna e depois utilizaria vidro nessa linha e usaria isso como galeria de circulação, voltada para o pátio. Isso será melhor visualizado na perspectiva. É isso que fica internamente. Pode ter um pérgula em cima, coberta ou não. Tem-se um jardim e nesses térreos tem-se restaurantes, as quais pode-se entrar através de espaços amplos da estrutura.

Esse desenho é em cima.

- Fala fora do microfone.

O SR.

- Exatamente, oficinas e tal.

- Fala fora do microfone.

O SR.

- Exatamente. O vidro abre para dentro. A janela alta fica lá. Agora, volta-se isso para dentro do pátio, que fica com uma iluminação melhor.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 98 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bertl
Reg. 10651 mss.

ROD.:C10-11-12FOLHA:9

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

- Fala fora do microfone.

O SR. - Não, externamente irá ficar com a cara que tem. Estamos preservando essa cara. Aqui dentro, o espaço é diferenciado.

Esse desenho é um pedaço do presídio, uma ala para verem como é em cima atualmente. As celas, os vazios, os elevadores junto ao cruzamento da galeria, as escadas e tudo mais. Embaixo, estamos aproveitando para o hotel, só demolindo paredes que são intervalos de celas.

No desenho, olhem como é bonito esse espaço aqui. O Flávio já tinha mostrado no dele. Tem esse vazio iluminado pelo lanternim, essas galerias. É possível ocupar. Não vamos cobrir isso tudo. É possível fazer passarelas, ligando prédios, parcialmente fazer coberturas e também do vazio fazer elementos de convenções, como auditórios, que serão necessários.

Esse desenho mostra a idéia do mirante. Uma torre com elevadores panorâmicos voltados para o sul, ou seja, para o Vale do Rio Tietê. Daria para enxergar o Centro Histórico até o Pinheiros.

- Fala fora do microfone.

O SR. - 70 metros. Está dentro do cone. Tem-se um paisagem de 360 graus. Vê-se a Serra da Cantareira.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº	99	do	
Processo	58346		
Matr. Tereza da Silva Berti			
Reg. 10651	MS		

ROD.:C10-11-12FOLHA:10

TAQ.:Denise

COMISSÃO:CPU

ORADOR:

DATA:30.09.99

- Fala fora do microfone.

O SR.

- Vou pedir direitos autorais. (risos).

- Fala fora do microfone.

O SR.

- Tudo que a pessoa, no pavilhão de referências irá obter sobre São Paulo, ele vai ler a paisagem urbana de cima. Pode-se fazer coisas interessantes. De uma posição, pode-se ver, por exemplo, a São Paulo Tower, se aquela desgraça vier algum dia a acontecer, poderia ver as características do prédio.

Seria um elemento...Anelise



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Folha nº 100
do
583/96
Maira Iereza da Silva Bert
Reg. 10851

ROD.: C-13a15

FOLHA:1

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

Seria um elemento de situação da pessoa no espaço também, que é uma forma de aprendizado, fora ler a paisagem da Cidade.

É isso aí mais ou menos o corte para ver o que é os elevadores panorâmicos e tal. Umas áreas que a gente tem. Teríamos 71 mil e 900 metros quadrados de área reutilizada e 95 mil e 800 de obras novas, sobretudo mais a construção de garagens. É a idéia geral que une o uso à requalificação, como de negar a exclusão deles do processo terciário da cidade e incluir a participação através de equipamentos que estaríamos oferecendo.

Do ponto de vista do entorno, o parque é o elemento mais utilizado pela população do entorno. Os outros equipamentos são de caráter metropolitano no uso e de caráter internacional, pelos negócios a serem realizados.

Lá em cima vemos os três pavilhões preservados, com os pátios e aí há essa espécie de tenda enorme, com grande mastro, cabos de aço e a idéia é que tenhamos uma cobertura translúcida, bem leve, que abrigaria shows para 40 mil pessoas. No mastro, há todo o processo de luz. No cenário, luz e som, poderíamos aproveitar pessoal requalificado nas oficinas. Esse mastro marca o local do Centro de Convenções. São duas referências locais e uma geral, que é o mirante.

Nesse último corte...(Pronunciamento fora do microfone, ininteligível)

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Muito obrigada, Paulo.

Nós não definimos um teto, mas creio que até meio-dia e um quarto, dá? Cada apresentação está durando por volta de 30 minutos.

35



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 101

do

583/96
Maria Tereza da Silva Bord
DT 1010851 mjs.

ROD.: C-13a15

FOLHA:2

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

O SR. JOSÉ CARLOS - Antes de ouvirmos o próximo orador, eu queria lembrar um histórico dos projetos de lei sobre o Carandiru para que ficasse explicado que o concurso veio após outras idéias, que tentavam viabilizar a construção das cadeias no Interior com a venda de parte da área. O projeto inicial do Governo do Estado contava com a preservação da área, com um grande parque público, mas parte da área seria vendida para a iniciativa privada como aporte de recursos para viabilizar o projeto. Isso motivou uma série de projetos de lei do PSDB, do PT e do Vereador que tinha base na região, Nelo Rodolfo, alguns viabilizando a proposta do Estado, outros recusando-a. Esses projetos foram modificados, alguns recusados, quando o concurso foi lançado. Ficou claro que mudou a intenção do Estado e mudava a concepção do projeto.

Ficou claro que não havia necessidade da mudança do zoneamento, porque o uso Z-3 comportava usos acessórios e não descaracterizava o Z-3, uma vez que o hotel é quase parte inseparável do centro de convenções, da mesma forma que o Anhembi está lá, com uma estrutura de hotel incompleta. Talvez isso acabe atrapalhando a vida do Anhembi. Até agora, o projeto que está em discussão é inócuo em relação a esse tipo de aproveitamento proposto.

O SR. - Eu trouxe as plantas originais do concurso, pois não sabíamos como seria a apresentação.

Todos os trabalhos, principalmente esses três que foram selecionados, tiveram essa atenção com a legislação atual. Esse foi o nosso caso. Nosso projeto respeita o edital com relação ao que ele



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 102 do
583/96
Mário Ioreza da Silva Serfi
DT-10851

ROD.: C-13a15

FOLHA:3

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

solicitava que se deixasse construído. Os dois outros projetos, principalmente na parte do presídio, preservam os três pavilhões do Ramos de Azevedo. O edital pedia para preservar determinados edifícios, e só preservamos esses. Depois, procuramos fazer uma setorização, destacando o parque, que é um espaço público com determinada característica de uso e o que é a área educacional, de requalificação do trabalhador, que o Estado está preocupado em fazer. Para isso, estendemos a Rua Dr. Zaki e seccionamos a área. Com isso, os pavilhões que hoje são da casa de detenção foram destinados à requalificação do trabalhador. Todo o resto do conjunto fica condicionado o parque, com exceção dessa área mais ao sul, à qual propomos um centro de convenções.

O valor do nosso projeto está concentrado no desenho do parque, que é o grande objeto do nosso trabalho. Ele está referenciado no Parque do Ibirapuera, com a construção de uma grande marquise. Junto à marquise, corre uma praça, um espaço público linear onde se concentra uma série de atividades, aquela surpresa que o Oscar Niemeyer nos ofereceu quando projetou a marquise. Ela não tem uso definido, mas tudo acontece ali. A marquise é como um traço que se apropria longitudinalmente da área. Transversalmente a ela, acontecem várias atividades típicas de parque.

Nos outros dois projetos já foi mostrada a casa de detenção e seus pavilhões, que, na minha avaliação, não têm nenhum valor histórico, são pavorosos. Preservamos apenas porque o edital pedia. É claro que eles precisam de reformas e a equipe do Aflalo teve o mérito de redesenhar esses edifícios. Os que têm valor são os pavilhões do Samuel das Neves, que foi redesenhado pelo Ramos de Azevedo. Como são



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 103 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10351

ROD.: C-13a15

FOLHA:4

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

três, acho que o edital foi sábio em preservar apenas um, porque eles são iguais. Fizemos então a marquise, acompanhada por uma praça que vai-se alargando ou estreitando conforme a massa vegetal cruza com ela. Produzimos uma série de faixas transversais, onde, junto à Rua Zaki Narchi, onde se dá uma das entradas, fazemos uma grande área esportiva. A área esportiva precisa ser administrada, como o Paulo disse, mas ela tem uma grande estrutura esportiva: campos de futebol, três. E aqui tem uma submarquise, com quadras cobertas. Nessa faixa central que tangencia o único pavilhão que preservamos do presídio, produzimos um gramado enorme e aqui propomos dois edifícios novos, que seriam extensões dos museus que estão procurando áreas para expansão na Cidade - MAC e o MAM. O MAM, principalmente, sairá lá do Ibirapuera, onde está muito bem localizado, em minha avaliação. É muito gostoso ir ao MAM. Mas ele tem de sair porque vão liberar toda a marquise do parque.

Propomos essa área de pavilhão para expansão da área cultural. Aqui fazemos uma mancha cultural inteira, com dois museus novos, mais um pavilhão para uso de museu e aqui bibliotecas e área administrativa. Essa casa, em particular, é muito interessante, é a casa de vetor do Ramos de Azevedo, onde podemos fazer funcionar uma biblioteca.

Aqui há algumas brincadeiras de paisagismo. Há uma paisagista brasileira que faz esculturas em pedra, e fizemos um pequeno trabalho paisagístico. Preservamos o muro e lançamos um espelho d'água. E aqui, como tem dois mananciais, posicionamos o lago. Junto ao lago, fizemos uma espécie de deck, que é uma área totalmente contemplativa.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 104

do

Prezados Srs. Vereadores
Mariana Iereza da Silva Bert
DT 10 10851

ROD.: C-13a15

FOLHA:5

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

Enfim, o projeto se concentra nesse desenho do parque, que, no meu modo de ver, não funciona sem uma boa marquise.

Aqui são imagens da maquete que fizemos, com ilustrações das situações que acontecem o longo do desenho que propomos. E aqui há alguns diagramas que mostram como esse parque funcionaria. Em primeiro lugar, uma vista com entrada pela Zaki Narchi. A marquise tem um movimento de onda, é metálica, não é de concreto.

Esse é o ponto oposto de onde está a Avenida Zaki Narchi, que propomos uma passarela de conexão. Esse é o ponto da Zaki Narchi onde a marquise chega aos campos de futebol. Essa é a nossa faixa cultura, onde tem um grande gramado e áreas de museus.

Esses aqui são diagramas que explicam como ele funciona, a parte de acessos, como funciona a circulação, o que se propõe em infra-estrutura de lanchonetes e sanitários, o que é área verde de gramado e área verde mais densa. Neste ponto há o diagrama do que é água. Aqui é o que já existe e o que tem a construir e a demolir.

Aqui a faixa de esportes e lazer toda mostrada em diagrama, e o que é programa de coisas edificadas.

O último desenho mostra o conjunto geral, com as partes de vegetação mais densa, algumas situações de marquise junto ao lago e um corte esquemático que mostra como funciona essa marquise na paisagem. Essa imagem mostra tudo, em nível de plano diretor, não consideramos importante pensar o edifício especificamente, porque não havia um programa de edifício. Até talvez por isso tenhamos perdido o concurso. Nossa idéia se concentrou no desenho do parque e na apropriação desse espaço todo. Partimos do pressuposto de que o Estado deve fornecer um parque à Cidade.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 105	do
583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg. 10651	

ROD.: C-13a15

FOLHA:6

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

Quando recebi o convite para vir até aqui, fiquei preocupado. Sempre ouvimos dizer que o Estado não tem condições de fornecer esse parque, de gerenciar um parque. Vamos cruzando com uma série de outras coisas que colocam em dúvida o papel do Estado. Na semana passada, saiu a notícia de que o uso do banheiro do metrô será cobrado. Daqui a pouco, não há mais Estado.

O projeto oferece uma série de áreas para o Estado permutar, como centro de convenções, os próprios pavilhões, a área de museus, com a qual ele pode captar recursos. Mas essa não foi a preocupação do nosso projeto. Nossa preocupação foi fazer um desenho que desse qualidade à área basicamente.

- Apartes fora do microfone.

O SR. - Ele funciona como os bloquinhos, que não se vê por aqui, mas elas estão todas acompanhadas de blocos de vestiário. Há vestiários que acompanham essa segunda marquise.

Ele é muito simples em implementação, pelo menos na área do parque não há construções complexas. É muito mais difícil restaurarmos as edificações, que construirmos edifícios novos. Essa é a parte complexa da operação.

Nosso projeto tenta deixar o máximo possível de área de parque, procurando reduzir o que é construído, até porque questiono fortemente o que há de valor histórico, de memória. Não é uma memória de holocausto político, mas de presos que são foras-da-lei e que foi palco de algumas páginas infelizes da nossa história. Fora o pavilhão



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº	106	do
P.º	583/96	
Maria Tereza da Silva Bert		
DTgl 00651		

ROD.: C-13a15

FOLHA:7

TAQ.:Anelise

COMISSÃO: Política Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09.99

9, que foi onde aconteceu o fato mais grave - acho que ali deve ter um memorial mesmo - não me apego a esses edifícios mais do que o edital propôs. Esses pavilhões, de fato, são muito bonitos, mas em vez de mantê-los, produzimos um gramado. No texto citamos que o modelo dessa faixa é o Museu Smithsonian de Washington. É um gramadão com museus ao lado. É espaço público. Há consenso entre os arquitetos de que, em São Paulo, faltam espaços públicos. Não há área verde.

É isso. Não tomarei mais o tempo de vocês.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Depois da apresentação de todos, é desnecessário qualquer projeto de lei alterando o uso. Essa síntese que o arquiteto José Carlos apresentou, mostrando que quando o Estado havia feito a proposta de comercializar parte da área para sustentar outros projetos públicos, lembrou-me que havia a especulação se haveria a construção de um shopping e outras questões que geraram movimentos preservacionistas e movimentos especulativos.

Eu gostaria de ouvir novamente o Dr. Rubens para podermos entender quais são as medidas que a Administração planeja a partir do concurso, quais são os passos da desativação e requalificação urbana e como está sendo pensada a relação Município/Estado no que se refere à área. É interessante discutirmos um substitutivo ou outro projeto de lei, se teria cabimento, de ordem diferente, criando as condições para essa relação Estado/Município no que se refere a essa área.

Eu só queria fazer dois comentários...(Monteiro)



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 107 do
58336
Maria Tereza da Silva Bort
Reg. 10051

ROD.: C17-18

FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

Eu só queria fazer dois comentários. Acho que as avaliações aqui colocadas pelos três projetos, das demandas em relação à Cidade, concordo plenamente, mas queria levantar duas coisas. De fato os projetos não chegaram a estabelecer explicitamente a relação com duas atividades similares vizinhas, uma do Anhembi e a outra de todo aquele conjunto do Center Norte, que tem pavilhão de exposição que está construído contíguo, é Expocenter, me parece que é o título, não si. Então, acho que essa é uma das discussões que acho que do ponto de vista, não sei, do funcionamento local, parece interessante a gente ter. Quer dizer, de um lado o esgotamento do Anhembi, digo isso até como participante da Comissão de Turismo Lazer e Gastronomia desta Casa, a gente tem estudado muito isso, do vazio que a gente realmente tem enquanto centro de convenções até de maior capacidade que o Anhembi e que muitos eventos estão fugindo ou para o Rio de Janeiro ou até para Salvador e São Paulo, embora essa infra-estrutura hoteleira que bate no teto de ocupação, os espaços efetivamente, centros de convenções, quer dizer, o próprio Anhembi, estão esgotados ou não comportam até determinados eventos pelo número de pessoas a incluir. Ele já se mostrou pequeno para a demanda. Essa é uma questão.

Uma outra, que também nasce desse nosso debate nessa Comissão, e que surgiu lateralmente em algumas apresentações é a relação desse espaço com o Sambódromo. As escolas de samba acentuam muito que não existe espaços públicos e contíguos ao Sambódromo onde elas pudessem desenvolver a produção tanto dos seus carros alegóricos quanto das fantasias, que o deslocamento na Cidade cria um tumulto de trânsito muito grande e que esses centros poderiam ser, digamos, um local próximo, poderia ser um local até mesmo de formação de pessoal na



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 108

do

583/96
Smo. Maria Tereza da Silva Borja

DT-10351

MS.

ROD.: C17-18

FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

questão da arte do samba e tal e ter um espaço-oficina, digamos, para poder atuar esse conjunto de produção de música, produção enfim da infra-estrutura carnavalesca ou a infra-estrutura do samba. Isso me ocorreu porque acho que é interessante a gente pensar na comunicação dessa área com essas funções que são também culturais e tal e, vamos dizer, se dão nos arredores desse centro.

Então, gostaria de ouvir, se fosse possível, o senhor novamente só para a gente ver como vamos caminhar aqui a partir de tudo que foi apresentado e a decisão de vocês.

O - Antes de mais nada, queria lembrar que eu sou um técnico e desde que fui para a Secretaria tenho assessorado Sr. Secretário no desenvolvimento dessas idéias. O que eu acho importante em tudo isso, primeiro, é que naquelas tentativas de alteração da lei do zoneamento fiz questão de salientar que elas todas estavam voltadas para barrar qualquer forma de especulação imobiliária. O que havia na época, aquelas gestões que foram feitas junto às assessorias técnicas dos partidos foi porque o uso E-4 naquela zona Z-8003 estava parecendo um pouco radical, ou seja, estávamos com medo de que qualquer forma de participação da iniciativa privada estivesse vedado num caso como esse. Então certamente havia uma idéia original de que a iniciativa privada poderia receber aquela área pra a produção das 20 mil vagas penitenciárias de que nós precisamos.

Ocorre que a entrada da iniciativa privada na área certamente seria cercada de uma série de instrumentos de proteção contra essa má utilização da área. Mas na verdade o que se queria é que a abertura da



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 109 do
583/96
Processo nº 10851-7
DT-10

ROD.: C17-18

FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

área ocorresse muito no nível que o Aflalo falou. Acho até que essas pequenas denominações, essas pequenas citações dos enxertos que a lei poderia receber são de alguma maneira desnecessárias porque, como disse o Aflalo, essa atividade agregada, atividade complementar, certamente será contemplada, desde que não haja um posicionamento radical dizendo assim: "Não, este é um uso E-4, não pode haver participação de uma iniciativa privada" porque, se for assim, certamente não haverá essa complementação tão necessária, como colocou o Aflalo. Esse é um aspecto que eu queria só ressaltar em relação àquelas gestões para mudança do zoneamento. Na verdade era um pequeno passo no sentido de atrair a iniciativa privada, nunca para construção de shopping center, nada disso, isso não estava previsto. A Secretária da Administração Penitenciária desde o início entendeu o seguinte, e os senhores vão ter uma prova disso: a área pertence à população porque, na verdade, os governos se sucedem e a área pertence à população. Então, o uso dessa área certamente tinha que ser dirigido para aquilo que fosse melhor para a população.

Uma prova de que a Secretaria estava extremamente preocupada na irreversibilidade de qualquer processo dessa natureza foi que há dois anos atrás nós pegamos essa área de 58 mil metros quadrados, que compõem essa mata que foi bem lembrada pelos arquitetos, e entregamos à população como o Parque do Carandiru. Então, desses 58 mil metros foram beneficiados... Houve uma limpeza geral, houve uma classificação da vegetação e foram abertas as visitas de todas as escolas da zona Norte, no primeiro momento. Então, essa área praticamente foi entregue ao público como sendo uma simbologia de que o processo de entregar o Carandiru à população era um processo iniciado em 23 de setembro do ano retrasado e irreversível. Então, esse o aspecto do zoneamento.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 110	do
Proc. 583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
DT-10651	

ROD.: C17-18

FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

Com relação ao concurso e ao entendimento político que a senhora mencionou. Até hoje todas as instituições que falavam sobre o Carandiru, e o Carandiru começou a ser estudado em 1983, foram os primeiros projetos, eu estudei todos eles, de 83 para cá, mas efetivamente ao longo de todos esses anos a discussão foi num plano teórico. Se tem um lugar coberto de idéias hoje em São Paulo é o Carandiru, eu tive o cuidado de investigar essa literatura toda, sempre num plano teórico. Quanto a Secretária e o Instituto de Arquitetos, porque o Instituto de Arquitetos tomou a iniciativa também, e Instituto de Engenharia também, até a Ordem dos Advogados, várias instituições preocupadas com o destino da área tomaram a iniciativa e participaram da organização desse concurso, foi no sentido de dotar a população de um certo número de idéias em cima das quais as discussões deveriam prosseguir, todas as discussões que vinham num plano teórico. Tanto é verdade que hoje nós estamos discutindo Carandiru em cima de projetos, em cima de idéias, de vocações, de vocação natural e até da aspiração da própria sociedade. Então, a idéia do concurso foi exatamente esta: detonar, deflagrar um processo de discussão muito mais objetivo, em cima de projetos e isso hoje nós já temos.

Com relação ao entendimento político, que não é a minha área, eu diria certamente o seguinte: hoje o Poder Público, em todos os seus escalões, em todos os seus níveis, ganhou elementos mais claros para a discussão do problema Carandiru. Eu imagino que o Poder Público, em todos os seus níveis, fica sempre aguardando boas idéias, idéias que possa abraçar e desenvolver em conjunto com a sociedade. Então, acho que daqui para diante o entendimento político certamente vai ser facilitado, estamos falando de projetos de interesse da comunidade e



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº	111	do
Processo	583/96	
Assessoria	da Silva Bert	
DT-10	10651	

ROD.: C17-18

FOLHA:5

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

não vej como qualquer nível de poder político possa permanecer alheio a essa questão sabendo que hoje dispõe de elementos concretos de projetos, de idéias concebidas por técnicos de primeiro nível. Portanto, hoje o poder público pode prosseguir no entendimento político, que certamente foge muito ao conhecimento e à habilidade dos arquitetos. Então, acho que é assim que a coisa vai desenvolver-se daqui para diante.

Queria só fazer um...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - O senhor me permite? Ainda não ficou u claro o seguinte: como produto dos concursos qual é a atitude do Estado.

O SR. - Certamente o Estado prossegue na perseguição desse objetivo hoje. O Estado, para colocar os dez mil presos que hoje ocupam a área do Carandiru, são 7.000 na Casa de Detenção e mais 3.000 espalhados entre a Penitenciária do Estado, a Penitenciária Feminina, o Centro de Observação Criminológica, o Estado precisa abrigá-los em outros estabelecimentos e não vem fazendo outra coisa senão construir estabelecimentos prisionais. ele acabou de fazer 21 presídios novos, dos quais praticamente 16, 18, estão entregues, 17 ou 18. Já entregues e já em funcionamento. Então, esse programa prosseguirá e acho que deve estar próximo com novos programas penitenciários, novos programas de construções, que têm sido divulgados pela imprensa. Vamos alcançar esse objetivo sim, de remover a população de dez mil presos do Complexo Carandiru e entregá-lo definitivamente ao uso da população, recomendado pelos projetos.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 1121 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
DT-1010651

ROD.: C17-18

FOLHA:6

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Então, vou só me fazer aqui um passinho mais claro. Entendi. Agora, qual é o compromisso com o resultado do concurso? Quando a gente diz "vamos entregar", veja, é para ver exatamente o que se deve gomar como medida para assegurar que essa concepção, essa idéia, possa efetivamente ser preservada. Ou seja, pode de repente voltar uma onda de especulação imobiliária, pode, embora hoje o BIRD tenha até feito uma declaração duma humanização da globalização. Mas, de qualquer forma, estou preocupada com isso só no seguinte sentido: veja, vai havendo a desativação do espaço. A partir da desativação do espaço, qual é a medida que o Estado tomará? Quer dizer, qual é o grau de compromisso, digamos, com o concurso vencedor, com o projeto, como é que isso vai se dar. Eu queria entender um pouco esse passo aqui para poder entender da implementação da proposta.

O SR. - Eu entendo o seguinte: um projeto dessa natureza dificilmente poderá ser implantado de uma vez, de uma única vez. Certamente os arquitetos que irão desenvolver o projeto irão estabelecer as fases ideais de implantação desse projeto com certeza à medida em que o complexo for sendo desocupado poderão ser instaladas partes do projeto, com certeza. O que eu entendo é que o projeto, se é isso que você quer saber, o projeto enquanto, estou falando do Dr. João Benedicto de Azevedo Marques, que é o nosso Secretário, o projeto é absolutamente irreversível. Não há nenhuma possibilidade, no pensamento do nosso Secretário, de que isso possa retroceder de alguma maneira ou então haja alguma "recaída" no sentido de fazer daquilo algum outro empreendimento. Isso é o que sei a respeito.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 113 do
Processo nº 583/96
Mário Tereza da Silva Bort
DT 0051

ROD.: C17-18

FOLHA:7

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Vou fazer ainda mais uma questão. Como gestores só por tempo determinado e como o tempo, vamos dizer, até da desativação da área nós não sabemos prever, há um empenho mas não sabemos prever, vou-me fazer mais clara ainda, seria o caso de, ao invés desse projeto de lei ser um projeto, digamos, de alteração do zoneamento, ser sim uma lei de convalidação do partido da proposta de ocupação da área sem ser na direção, diria, da questão da alteração do zoneamento? Entendeu? Caberia, digamos, uma legislação municipal que convalidaria isso a que se chegou? É essa a questão, ou seja, cabe alguma iniciativa desta Casa Legislativa para convalidar, e nos termos de lei, para segurar mais a proposta? O arquiteto Biselli está...

- Intervenção fora do microfone.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Pois é, mas como não ouvi essa resposta, estou aqui cutucando.

- Intervenção fora do microfone.

O SR. - Acho que as coisas caminham para essa direção mesmo, uma vez que o Estado, ou pelo menos a Secretaria, não tem nenhuma disposição de retroceder.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 114	do
PL 583/96	
Francisca Pereira da Silva Bert	
DT 10051	msj.

ROD.: C17-18

FOLHA:8

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Então a execução será plenamente do Estado, não terá nenhuma relação com o Município?

O SR.

- Eu não disse isso, eu...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Não, não, estou querendo... Por favor.

O SR.

- Eu não sei, eu não conheço bem como vai acontecer essa engenharia de composições. Aliás, eu acho que os políticos poderão até falar melhor do que nós a respeito. É como eu digo, essa união de esforços a nível político para que todas essas coisas aconteçam certamente ocorrerá, não sei lhe dizer como.

O SR.

- O que nós esperamos, a gente está um pouco escolado nos concursos, é que uma vez divulgado o resultado o vencedor seja contratado e o projeto executado. É claro que esse concurso é um pouco diferente, mas não acho diferença.

O SR.

- Você sabe que de formação eu sou arquiteto também, eu também sou colega de vocês. Acho eu isso é muito importante, mas acho que estamos falando de uma coisa muito maior do que isso, estamos falando da consolidação e e da consagração definitiva da idéia, porque também o governo pode contratar o projeto e não executá-lo depois. Não é bem isso que nós estamos vendo, estamos



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 115	do 583/96
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg. 70051	

ROD.: C17-18

FOLHA:9

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

vendo o seguinte: há uma disposição da ordem do Sr. Secretário de continuar caminhando nessa direção e para isso estão sendo feitos todos os esforços, claro.

O SR. - Só não sei se precisa de uma força de lei. Não sei se é necessário isso, assim um referendo da Câmara de Vereadores para que seja executado.

O SR. - Não saberia lhe dizer.

O SR. - O que nós entendemos é o seguinte: que a consolidação de um projeto dessa natureza, de caráter eminentemente urbano, precisa necessariamente dos esforços conjuntos do Estado e do Município...

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Eu sei, foi por isso.

O SR. - ... de todos os níveis. O Município é que legisla toda a questão urbana, a questão do solo, do uso e ocupação do solo. Então, sem dúvida que cabe ao Município orientar, se estiver de acordo, se reiterar a posição do Governo do Estado, criar mecanismos que venham a facilitar e a induzir o processo de implantação do projeto.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº	116	do
Processo	583/96	
Assessor	João Silva Bert	
Reg	10351	
DT	10	

ROD.: C17-18

FOLHA:10

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Então, daí, nesse raciocínio, é que eu fico pensando em duas coisas. Primeiro é que nós temos de encontrar uma comunicação oficial, algum documento que permita, por exemplo, arquivar um projeto dessa ordem, entende? Quer dizer, ele não tem subsistência, ele é inócuo diante do pretendido, porque os outros dois foram arquivados. No caso que, digamos, que o Deputado Nelo Rodolfo pede o arquivamento, diante desse fato, então nós temos... Estou falando aqui da tramitação. Esse é um aspecto.

Um segundo me parece que é um processo esse de transição de uma área que era municipal, foi para o Estado, isso na medida que é um terreno... documento até discutido e tal, a Várzea do Tietê, quando foi, quando não foi, mas de qualquer forma, efetivado o parque suponho eu que a sua gestão venha para o Município, suponho, não sei. De qualquer forma também não é da área da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária a construção do parque. Ela é proponente ao entregar a área, isso vai para outra pasta, outra pasta terá de incorporar isso, que não sabemos quando vai ser. Depois, vamos ter uma outra questão da gestão do local.

Então, o que estou querendo dizer diante dessa configuração é que tipo de medidas se tomam para que se assegure as condições para a continuidade e a efetivação da proposta. é nisso que estou apontando essa questão do andamento do ponto de vista de lei. Quer dizer, acho que nós precisamos ter uma formalização para ter base para que isso seja arquivado, uma formalização para que esse uso do Estado proposto seja incorporado, vamos dizer, no mínimo no ideário dos Vereadores da Câmara Municipal e tomadas as medidas para que se efetive uma proposta desse teor. Quer dizer, qual é o escopo de um projeto de lei dessa



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 117

do

Processo nº

583/96

Assessoria Técnica

Silva Bor

DT-18

19851

MS

ROD.: C17-18

FOLHA:11

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: CPU

ORADOR:

DATA: 30.09.99

ordem e tal. Neste momento não sei nem dizer se isso poderia ser encartado como substitutivo, parece-me que teria de ser um outro projeto, de ordem totalmente diferente. Mas entendeu a minha reflexão? Quer dizer, eu, como relatora aqui, o que faço? Proponho o arquivamento? Essa a questão objetiva que estou levantando.

O SR.

- ... (C-19)



ROD.C19-20:

FOLHA:1

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Pol.Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09

O SR. - É importante levantarmos o seguinte: o caráter público do concurso é fundamental. Levou em consideração todos os aspectos que dizem respeito à comunidade. Essa já é uma legitimidade bastante clara a ser apresentada à Câmara dos Vereadores como um processo público que culminou em uma solução física de ocupação da área.

Somando-se a isso, existem manifestações claras do Conselho Comunitário de Santana-Tucuruvi ao Governo do Estado inteirando o interesse da execução dessas propostas.

Existe bastante respaldo do ponto de vista das entidades pertencentes ao processo para legitimar, ou seja, para que o Município venha a se orientar dentro desta linha.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Entendo isso, mas como a Constituição também afirma a questão de autonomia municipal, penso que devíamos ter algum instrumento, um protocolo, não sei, alguma coisa que formalizasse o ponto a que se chegou. Percebendo que nossas vidas são limitadas, aonde estamos, teríamos que ganhar um estatuto, ainda que os participantes do concurso tenham direito à autoria, até requerer legalmente.

Assinalo que diante da transitoriedade das coisas, daríamos uma formalização a esta intenção.

O SR. - Queria comentar algumas coisas. Em primeiro lugar, o concurso é de plano diretor. Plano diretor



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 119	do
Prm. <i>Paulo</i> 583/96	
Maria Tereza da Silva Bort	
RDT-10051 <i>ms</i>	

ROD.C19-20:	FOLHA:2	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Pol.Urbana
ORADOR:	DATA: 30.09		

estabelece várias idéias e possibilidade de tocar a área. Isso está disponível hoje em termos do governo.

Em segundo lugar, não acredito que seja tão nítido e sem nenhuma discussão que a Prefeitura, por exemplo, terá que aprovar um projeto desse tipo, considerar o uso dos agregados. Isso é complicado. Não acho que tenham a garantia de que seja aprovado.

Por exemplo, a questão do centro esportivo no zoneamento diz que o mesmo deve ser gerido pela Prefeitura. Um centro de esportes que tenha quadra, etc, está dito lá na lei de zoneamento.

É muito interessante e útil, até para pegarmos a raiz, pensarmos como se colocou essa questão. Foi em função de demandas da comunidades, da cidade e, portanto, debates, discussões sobre idéias para encaminhar em um processo de negociações e acordos que se farão.

Não vejo outra forma de se fazer. A primeira parceria será entre Estado e Município, montando essa relação. Essa discussão de hoje serve para dizermos que há várias idéias possíveis e as que foram escolhidas não estão conflitando diretamente com a questão do zoneamento, mas têm algum pequeno conflito, não é uma coisa tranqüila.

Isso deve ser discutido para que fique estabelecido com clareza. Diz aqui que só pode usar quatro. Isso comporta, como sabemos, várias interpretações. Dentro do Z4, das possibilidades que o concurso abriu, poderia ser feito. Esse projeto poderia ser arquivado e só deveria ser retomada alguma outra coisa após uma definição comum entre Estado e Município no seguinte sentido: se a Câmara aprovar os usos colocados aqui já passa a estar incorporado. É lei e acabou.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 120 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
135-10651

ROD.C19-20:

FOLHA:3

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Pol.Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09

Mas a negociação para ver o que é viável é uma questão ligada ao quê? O Governo já teria batido o martelo em relação a que usos são viáveis, já há parceiros ou não? É capaz de discutir e dizer: já podemos fazer um acordo entre Câmara e Prefeitura para a etapa institucional de aprovação e gestão - como a área será gerida, se a iniciativa privada entra ou não, de que forma entra, se deve ser previamente resolvida pois tratará dos recursos e coisas desse tipo.

Não vejo como não fazer uma coisa compartilhada.

O SR. - Queria responder diretamente sua indagação e corrigir um pouco minha primeira manifestação. Por cautela devemos consultar SEMPLA.

A lei é o resumo de um contrato que a sociedade estabeleceu para que cumpramos e viabilizemos. Se o contrato estabelece que os projetos vencedores do concurso chegaram a uma equação do que é possível e interessante fazer com a área, disso podemos tirar os parâmetros e fazermos o sentido contrário. A legislação de uso e ocupação do solo dá parâmetros para fazermos os projetos. Nós temos os projetos e dele tiramos os parâmetros e colocamos em lei.

Uma das questões importantes é o fato da área não poder ser parcelada. Isso já inviabilizaria o uso, em uma eventual mudança de idéia o parcelamento viabilizaria(?) a venda em parte da área. Mesmo os usos propostos no projeto do Vereador são usos pequenos, índices 1 e 2, são usados em lotes urbanos pequenos que não têm nada a ver com essa área.

Considero que é possível...

- Comentário fora do microfone.

55



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 121 do
583/96
Mário Tereza da Silva Bort
Reg. 10091

ROD.C19-20:

FOLHA:4

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Pol.Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09

O SR. - Tem alguns usos de índice 1 que são limitados a 250 metros quadrados, só têm sentido em parcelas pequenas, o lote urbano tradicional. Não têm nada a ver com ocupação dessa área.

É possível traduzir em lei os parâmetros que os projetos geraram, não há nada que impeça isso, e considero possível que seja o substitutivo desse mesmo projeto porque o substitutivo apresentado pelo autor mantém a zona 8, estende alguns usos e podemos mudar os usos e índices e ainda assim ter um projeto de modificação da zona 8, 003.

É verdade que sempre que fazemos um substitutivo nas Comissões não nos opomos diretamente à idéia do autor, mas a estendemos, a melhoramos, qualificamos o projeto. Não vejo por que não possa ser o mesmo substitutivo desse.

Com relação à gestão compartilhada, normalmente se faz através de convênio que a Câmara deve autorizar, mas penso que deve ser de iniciativa do Executivo.

- Comentário fora do microfone.

O SR. - Aldaíza colocou isso muito bem. Evidente que nós, urbanistas, estamos querendo sempre abrir o quadro para pegar maior espaço do território e tentar ligar com o resto da cidade.

A entrega de uma área desse tamanho na cidade evidentemente implicaria na revisão de uma região maior que irá influenciar. A idéia do concurso é interessante porque mostrou que a operação urbana pode ser feita com desenho, plano diretor. Alguns colegas urbanistas implicam comigo porque sempre digo que temos que desenhar mais, mostrar volumetria, não só fazer operação urbana com índices. As



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 122 do

Processo 583/96
Marta Iereza da Silva Bert

DT 0051

ROD.C19-20:

FOLHA:5

TAQ.:Carla

COMISSÃO:Pol.Urbana

ORADOR:

DATA: 30.09

Espero que as futuras operações urbanas que constem do plano diretor tenham essa característica de definir melhor o que se espera daquela área da cidade porque assim podemos conversar com a população que poderá entender o que estamos propondo. Em índices quase indecifráveis, não conseguimos materializar a proposta.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Irei fazer um encaminhamento preliminar. Formalizaríamos, Roberto, para SENPLA um pedido de informação baseado nesta audiência, qualificando o que se decidiu, a decisão do Estado no partido do projeto de modo a ouvir SEMPLA e poder constar. Isso nos permitiria verificar, usarei uma palavra esquisita, a flexibilização necessária nesta Z8 003 para comportar o que foi discutido. Isso nos dará a possibilidade do substitutivo.

Na condição de relatora do plano diretor, apresentei a seguinte proposta de conduta que foi aprovada : tendo em vista que o Prefeito está estabelecendo um prazo de urgência ao plano diretor, e diante de todas as análises da proposta realizadas da proposta - das ausências ou das presenças inadequadas da proposta -construirmos um plano diretor de curto prazo, tomar este partido do projeto de ser uma proposta de ser de objetivos estratégicos que contemplaria um conjunto de estratégias para enfrentar a cidade e desencadear um conjunto de medidas para ter um plano diretor mais completo.

Nestas medidas está previsto que incorporaríamos na idéia do plano diretor as demandas urgentes por regiões da cidade. Seguramente o destino desta região, entendo eu, na zona norte, uma das questões importantes.



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA

Folha nº 123 do
583/96
Maria Tereza da Silva Bert
DT: 1051
MJS.

ROD.C19-20:	FOLHA:6	TAQ.:Carla	COMISSÃO:Pol.Urbana
ORADOR:			DATA: 30.09

Dentro disso, pode constar no texto a perspectiva de destinação desta região como parque, já pode ser inserida em uma redação de substitutivo de plano diretor quando tivermos, do ponto de vista das regiões da cidade, as principais questões postas para serem pensadas.

Isso poderia ser um caminho interessante. Concordam com esses encaminhamentos?

Muito obrigada a todos.

SEGUE _____, juntado _____, nesta data
documento _____ • papel de informação
rubricado _____ sob folha _____ n.º 124

Em 25/02/2000

MSS.

Ass. _____ Maria Tereza da Silva Berti _____
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 124	do
Processo 608/98 dig 583/96	
Maria Tereza da Silva B...	
Req. des. 122	

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Solicito a V. Ex^a. que encaminhe à Prefeitura Municipal pedido de informações, a respeito do Projeto de Lei nº 583/96, de autoria do Nobre Vereador Nelo Rodolfo, para que este, através da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, nos informe:

Existe a possibilidade da mudança de uso proposta pelos vencedores do Concurso Nacional de Idéias para o Carandiru, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, juntamente com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária ?

Os vencedores foram: 1º lugar: Equipe do Arq. Roberto Aflalo; 2º lugar: Equipe do Arq. Mário Biselli; e 3º lugar: Equipe do Arq. Paulo Bastos.

Os respectivos projetos foram largamente divulgados na imprensa especializada, como por exemplo a Revista Projeto e a Revista Urbs.

Trata-se de alteração de uso não correspondente ao uso permitido, atualmente, na área e também não previsto na propositura em questão.

Quais, portanto, são os instrumentos necessários para viabilização das propostas vencedoras, a fim de se manterem dentro dos limites estabelecidos na lei de uso e ocupação do solo ?

em 24/02/2000

Vereador Aurélio Nomura
Presidente da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

Autorizo o encaminhamento, nos termos
do artigo 46 inciso VIII do Regimento
Interno

Vereador Armando Mellão Neto
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A LEG. 3

Em, 25/02/00


Maria Tereza da Silva Berti
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

RECEBIDO EM LEG. 3

28/02/2000

10:20



Sr. Orlando,

Oficiar ao Executivo solicitando informações.

Em, 28.02.2000


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Sra. Chefe,

Providenciado conforme determinado por V.Sa.

Em, 28.02.2000.


ORLANDO KOCI MENDES
Assistente da Chefia Técnica

SEGUE me juntado 1 nesta data
documento 1 a papel de informação
rubricado 1 sob folha 1 no 1 25/127
Em 14/03/00 1


ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente da Chefia Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n°	25	do proc.
n°	583	de 1996

São Paulo, 02 de março de 2000.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0061/2000

Senhor Prefeito,

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 583/96, de autoria do Vereador Nelo Rodolfo - que altera normas de uso e ocupação de solo de área situada no Distrito de Santana, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que através da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ARMANDO MELLÃO NETO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 583/1996 de fls. 01 e do despacho da comissão solicitante de fls. 124.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Celso Roberto Pitta
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

ndb.



Folha n°	126	do proc.
n°	583	de 19 96

Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 02 de março de ~~1996~~ 2000.

Recebi ofício Leg.3 nº 61/2000, de
02/03/2000, solicitando ao Executivo informações referentes
ao Projeto de Lei nº 583/96, de autoria do Vereador Nelo
Rodolfo.

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 583/96 de fls. 01 e do despacho da comissão solicitante de fls. 124.

RECEBI EM:
13 / 03 / 2000
Eliane Chapar
Oficial do Gabinete
SGM/ATA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

127

do processo nº 583

de 1996

14/03/90

(a)

ROSAMIR SURYALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnico

A Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 14/03/2000

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 14.03.00 as 18 h.

Maria Tereza da Silva Berti
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

SEGUIE *m* juntado *A* nesta data, documento *A* e papel para informação, rubricado *A*

sob folha *A* nº *A* 128 a 134

Em *11* *05* *00*

(a)

mss.
Maria Tereza da Silva Bort
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente



Prefeitura do Município
São Paulo, 8 de MAIO de 2000

Folha nº 128	do
Processo 583/96	
Maria Tereza do Silva Bert	
Reg 10651	

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º

042 700

15 - DDCREC
15-0085/2000

Senhor Presidente

RECEBIDO
Em 08/ MAIO/00
às 15:55 horas

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópia das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

CELSO PITTA
CELSO PITTA
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Armando Mellão Neto
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
SPF/sffs

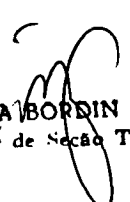
RECEBIDO EM LEG. 3

08/05/2000

18:00 *de*

À Doute Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 09/05/2000


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop. e Meio
Ambiente

Em 09.05.2000 às 15 h.


Maria Tereza da Silva Berti
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente



Folha nº 129	do
Processo 583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg. 10851	<i>msl.</i>

CÓPIAS DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO
PROJETO DE LEI Nº 583/96, REFERENTE AO OFÍCIO Nº
18/LEG.3/0061/2000, REMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM
O OFÍCIO ATL. Nº 042700.

[Signature]
SUELLY PENHA DE ABREU FAGUNDES
Assessora - SGM/LAT



Folha nº 130	do
Processo 583/96	
Maria Tereza da Silva Bert	
Reg. 10651	ms.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Folha de informação nº 12

Do Processo nº 2000-0.053.645-4

em

03/04/2000 (a)

fev
FILOMENA G. A. L. GLODE
SEMPLE/DEPLANO

AUTOS : Processo nº 2000-0.053.645-4
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - ATL
ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei nº 583/96,
de autoria do Vereador Nelo Rodolfo.

INFORMAÇÃO Nº 346/2000/SEMPLE/DEPLANO/CDL

DEPLANO

Sr. Diretor

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo solicita, no intuito de subsidiar parecer sobre o Projeto de Lei nº 583/96 anexo sob fls.03, informações a respeito dos instrumentos de uso e ocupação do solo necessários para a viabilização da proposta vencedora do Concurso Nacional de Idéias para o Carandiru, cuja cópia anexamos às fls.07 a 11 do presente.

Isto, porque a citada Comissão entendeu que a mudança de uso proposta no projeto de requalificação da Área do Carandiru não é permitida na zona de uso em que se localiza - zona de uso especial Z8.003-, pela legislação de uso e ocupação do solo em vigor. Entende, ainda, que o Projeto de Lei citado também não contempla tal mudança de uso.

Entretanto, temos a informar que, segundo o que entendemos através da reportagem anexa sobre a proposta para o Carandiru, a atividade pretendida para o local é perfeitamente possível na zona de uso especial Z8 em questão, pois a categoria de uso E3 é conforme na zona. Portanto, a legislação em vigor não inviabiliza a proposta.

Já o Projeto de Lei nº 583/96, se aprovado, será um impeditivo à implantação do projeto uma vez que, além de tornar a categoria de uso E3 não conforme, reduz drasticamente a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento de 0,5 para 0,1 e de 2,0 para 1,2 respectivamente.

SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES
Assessora - ATL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Folha de informação nº 13

Do Processo nº 2000-0.053.645-4 em 03/04/2000 (a) *chelo* GLODER
FILOMENA G. A. L.
SEMPLA/DEPLANO.

O que, na realidade, não está previsto na Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor é a proposta de operação urbana visando a implantação do projeto, que viabilizaria parcerias do Governo do Estado com a iniciativa privada de maneira a gerar recursos.

Quanto a esse aspecto a matéria merece um estudo mais global tanto do ponto de vista urbanístico quanto do jurídico uma vez que envolve os dois níveis de governo mais a iniciativa privada.

É o que temos a informar.

São Paulo, 03 de abril de 2000

[Assinatura]
Arq. IVANY HATUKO UETA
SEMPLA/DEPLANO/CDL

IHU/tps.

[Assinatura]
SUELY PENHA DUBIA FACINOROS
ARQ. 1350 0



Folha nº 132 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Berti
Reg. 10651 mss.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO**

Folha de Informação nº 14

Do Processo nº 2000-0.053.645-4 em 03/04/00 (a)

Carla
Carolina Leite Aikawa
SEMPLA

AUTOS : Processo nº 2000-0.053.645-4
INTERESSADO : SGM/ATL
ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei nº 583/96, de
autoria do Vereador Nelo Rodolfo.

INFORMAÇÃO/SEMPLA.DEPLANO/346/00

SEMPLA

Senhora Chefe de Gabinete

Em atenção ao solicitado, encaminhamos manifesta-
ção deste Departamento.

São Paulo, 03 de Abril de 2000.

[Signature]
HUSSEIN AREF SAAD
Departamento de Planejamento e
Normatização Territorial
Diretor

[Signature]
SUELLY PENHABOIA FAGUNDES
Assessoria SGM/ATL

/csa.

AUTOS:

Processo nº 2000-0.053.645-4

INTERESSADO:

Câmara Municipal de São Paulo

ASSUNTO:

Informações sobre o Projeto de Lei nº 583/96 de autoria do Vereador Nelo Rodolfo.

SGM/ATL

Sra. Assessora

Retornamos o presente com a informação do Departamento de Planejamento e Normatização Territorial desta Secretaria, que en
dossamos.

03/abril/2000

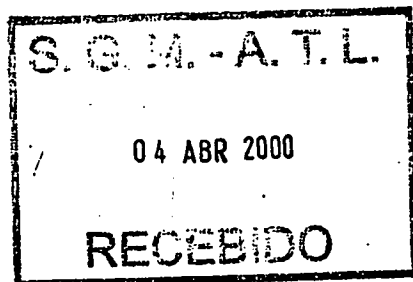


MARIA LUCIA CORRÊA

Chefe de Gabinete

SEMPLA

/mc.



ATL II

Sra. chefe

Solicito providenciar
genérica.

Em 05/04/00



DENISE DE AGUIAR VALLIM
Assessora-ATL

Seguindo fls. 15.

Em 06/04/00

SUELY FERRAZ DE FREITAS E SILVA
Chefe de Seção SGM-ATL



EMURB

Folha nº 133 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651 5728.

PAPEL PARA INFORMAÇÃO RUBRICADO COMO FOLHA Nº

processo

Nº 2000-0.053.645-4

17.04.00

DATA

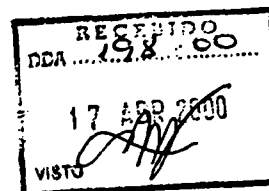
ASSINATURA
CRISTIANE PEICUV
Secretaria - EMURB

DDA - ARQª NILZA TOLEDO ANTENOR

Através do DDO a EMURB desenvolveu estudos com vistas à implantação de uma operação urbana no setor Norte do Município, no qual está incluída a área do Carandiru como sendo uma das sub-áreas de intervenção do projeto. Por esses estudos podemos avaliar que a atual legislação de zoneamento vigente para a área (Z8-003) permite a implantação do projeto vencedor do "Concurso Nacional de um Plano Diretor da Área do Carandiru (promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil /IAB e pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo) e, que para tal, parcerias entre o setor público e privado serão oportunas.

Nesse sentido, as informações fornecidas pela SEMPLA (fls. 12 e 13) devem ser ratificadas, ressaltando que o Projeto de Lei 583/86 em questão não contempla os aspectos que implicam na composição das parcerias citadas acima, pelo contrário, estaria a inviabilizar a implantação do referido projeto.

Arqª ENEIDA HECK
SP - 17/04/00



SUELLY PENHARRUBIA
Assessora - SGMA



EMURB

Folha nº 134 do
Processo 583/96
Maria Tereza da Silva Bert
Reg. 10651 *msb.*

PAPEL PARA INFORMAÇÃO RUBRICADO COMO FOLHA Nº 21 DO
PROCESSO Nº 2000-0.053.645-4

18/04/00

DATA

Fatima
FATIMA ASSINATURA
Secretaria - Pront. - 5770

DD - Dr. PEDRO DE MILANÉLO PIOVEZANE

O projeto vencedor para a "Urbanização da Área do Carandiru: Concurso Nacional de Plano Diretor" propõe um grande parque arborizado com equipamentos culturais (teatros, museus) e espaços para esportes, exposição e convenções, além de áreas destinadas a restaurantes e a estacionamento em cerca de 427 mil m².

Tal empreendimento para ser implantado demandará estudos urbanísticos, especialmente, com relação a acessibilidade viária e de transportes para atender a nova demanda, bem como, para suportar a alteração do uso e ocupação do solo do entorno.

Nesse sentido, o instrumento mais adequado, a nosso ver, é um Projeto de Lei de Operação Urbana que inclua o projeto premiado e estabeleça uma forma de gestão, que permita a participação do Governo do Estado, da Prefeitura de São Paulo e de diversos segmentos da iniciativa privada.

Neste sentido, a EMURB, que já vem desenvolvendo estudos para esta região da cidade, poderá contribuir na concepção e desenvolvimento do Projeto de Lei de Operação Urbana.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR
Superintendente de Desenvolvimento
18/04/2000

RECEBIDO DD
Nº 154
DATA: 18/4/00 *Assinado*

ANEXO —, juntado —, nesta data
documento — e papel de Informação
publicado — sob folha — n.º 135 —

Em 29/12/00

MBS.

MARIA TERESA DA SILVA BERTI
Assistente Técnico de Direção III



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº — 135 —

do processo nº 583 de 19 96 29, 12, 00 (a) 7788

Maria Tereza da Silva Berti
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

Ao DT-94,

Nos termos do "caput" do art. 275
do Regimento Interno desta Casa.

Em 29 de dezembro de 2000.

7788

Secretário(a)

Reg. nº 10.657

Maria Tereza da Silva Berti
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Requisitado em	<u>10-03-97</u>
Arquivado novamente em	<u>23-01-2001</u>
Cl. <u>135</u>	Fls. ° O Func° <u>1277</u>

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
Assistente Parlamentar - RF 100.702